

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

GUSTAVO FERNANDES SCALVI

**ATUAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO:  
INVESTIGAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA MEDIDA DE INTERNAÇÃO**

SÃO CARLOS - SP  
2025

GUSTAVO FERNANDES SCALVI

**ATUAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO:  
INVESTIGAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA MEDIDA DE INTERNAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de mestre em Psicologia

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Camila Domeniconi

SÃO CARLOS - SP  
2025

Apoio financeiro:  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)  
Número do processo: 88887.830135/2023-00

**A MEUS PAIS, ROSA E VICENTE**  
meus primeiros e maiores mestres

## **Agradecimentos**

São muitos os mestres com quem nos encontramos e aprendemos ao longo da vida. Seja de título ou de alma, sou grato a tantos mestres que de modo direto ou indireto contribuíram para o desenvolvimento de meu trabalho. *Pessoalmente, meu mais sincero agradecimento:*

À Rosa e ao Vicente, meus pais. Maiores inspirações, pessoal e profissionalmente. Uma honra poder trilhar alguns de seus caminhos. Obrigado pelo apoio incondicional, sempre.

À Leticia, minha companheira. Principal apoio desde quando o mestrado era apenas uma ideia distante. Obrigado por vir comigo até o outro lado da cidade (ou algo parecido).

Ao Marcelo, meu irmão e maior amigo. Mesmo distante, minha companhia quase diária. E à Vivian, minha cunhada. Obrigado por me ajudarem a tornar a vida mais leve.

A tantos outros familiares e amigos queridos, que não cito aqui nominalmente, mas que são tão importantes em minha vida e me apoiaram de diversas formas ao longo desses dois anos.

*Profissional e academicamente, meu mais sincero agradecimento:*

À professora Camila Domeniconi. Que prontamente se dispôs a me orientar, mesmo em um tema novo. Obrigado pelos ensinamentos e parceria, de forma saudável e muito produtiva.

Ao PPGPsi e à UFSCar. Local onde me senti rapidamente muito bem-vindo e tive a oportunidade de conhecer tantas pessoas especiais, docentes e pós-graduandos que me inspiram, ajudam e incentivam diariamente.

À Unesp. Segundo lar durante quase toda minha vida, continua a produzir grandes trocas. Em especial aos professores Jair Lopes Junior e Maria Beatriz Peixoto, que me introduziram à pesquisa científica e cuja parceria continua a produzir frutos.

À professora Elenice Maria Cammarosano Onofre, grande referência na educação e socioeducação. Obrigado pela honra de tê-la no exame de qualificação e na banca de defesa, proporcionando orientações tão precisas.

À Capes, pelo fundamental apoio financeiro ao longo dos dois anos de pesquisa.

*Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.*

Paulo Freire

Scalvi, G. F. (2025). Atuação docente no contexto socioeducativo: investigação da educação na medida de internação. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil. 101p.

### **Resumo**

A compreensão do que seja infância e adolescência advém de considerar sua construção social e histórica. No Brasil, notam-se avanços legais, estabelecidos principalmente no Estatuto da Criança e do Adolescente e no paradigma de proteção integral, que consideram a criança e o adolescente enquanto pessoas em desenvolvimento, dotados de direitos e garantias fundamentais. Entretanto, persistem antigas problemáticas, especialmente ao se olhar o sistema de medidas socioeducativas, em que jovens negros e pobres são maioria em situação de restrição ou privação de liberdade. Considerando as premissas legais que preconizam a medida socioeducativa enquanto de caráter eminentemente pedagógico, o presente trabalho busca investigar a atuação docente no contexto socioeducativo. No Estudo 1 foi realizada revisão integrativa da literatura a partir da combinação de descritores nas bases de dados Scielo, BVS e portal CAPES sobre a produção de evidências relativas à docência na socioeducação, sendo selecionados 17 artigos. Os resultados apontam diversas problemáticas, em especial aquelas relacionadas ao desenvolvimento de políticas específicas, às condições adequadas de trabalho e à formação inicial e continuada. Por outro lado, foram encontrados trabalhos recentes que se aproximam de uma noção da educação enquanto mecanismo de (re)inserção social e no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e específicas ao contexto. No Estudo 2, a partir da aplicação online de questionário quanti-qualitativo com 19 professores da Fundação CASA, buscou-se estudar a atuação docente na medida de internação no estado de São Paulo. Os resultados indicam despreparo prévio para o trabalho, necessidade de adaptação constante, desmotivação e desinteresse dos adolescentes, distorção idade-série, limitações de alguns materiais e, principalmente, a falta de consenso a respeito da principal função da medida socioeducativa. Em contrapartida, a maioria dos participantes acredita ser possível o funcionamento da escola no contexto de privação de liberdade e encontram-se satisfeitos com o trabalho realizado, apontando seu papel central no processo educativo. Por fim, a discussão geral visa relacionar os Estudos 1 e 2, de modo a refletir sobre os resultados encontrados e tópicos atuais pertinentes ao desenvolvimento do campo, além de buscar um movimento inicial de diálogo de possibilidades de intervenções à luz da Análise do Comportamento, considerando a construção de estratégias adaptadas e específicas que auxiliem na diminuição e superação das problemáticas encontradas.

*Palavras-chave:* atuação docente; socioeducação; medidas socioeducativas; privação de liberdade; Análise do Comportamento.

## **Abstract**

The comprehension of what defines infancy and adolescence comes from considering their social and historical construction. In Brazil, legal advances are noticeable, primarily established in the Estatuto da Criança e do Adolescente and in the paradigm of integral protection, which consider children and adolescents as people in development, endowed with rights and fundamental guarantees. However, old issues persist, especially when looking at the socio-educational measures system, where young black and poor people are the majority in situations of restriction or deprivation of liberty. Considering the legal premises that advocate for the socio-educational measure as eminently pedagogical, this work seeks to investigate the teacher's role in the socio-educational context. In Study 1, an integrative literature review was conducted based on the combination of descriptors in the Scielo, BVS, and CAPES databases about the production of evidence regarding teaching in socio-education, with 17 articles being selected. The results point to several issues, especially those related to the development of specific policies, adequate working conditions, and initial and continuous training. On the other hand, recent studies were found that approach the concept of education as a mechanism of (re)insertion into society and the development of innovative pedagogical practices specific to the context. In Study 2, through the online application of a quantitative-qualitative questionnaire with 19 teachers from the Fundação CASA, the aim was to study the role of educators in the internment measure in the state of São Paulo. The results indicate a lack of prior preparation for the work, the need for constant adaptation, demotivation, and disinterest from adolescents, age-series distortion, limitations in some materials, and mainly, the lack of consensus regarding the primary function of the socio-educational measure. On the other hand, most participants believe that the school can function within the context of deprivation of liberty and are satisfied with the work done, emphasizing their central role in the educational process. Finally, the general discussion aims to relate Studies 1 and 2, reflecting on the results found and current topics relevant to the development of the field, while seeking an initial dialogue on possible interventions in light of Behavior Analysis, considering the development of adapted and specific strategies to help reduce and overcome the problems identified.

**Keywords:** teacher's role; socioeducation; socio-educational measures; deprivation of liberty; Behavior Analysis.

## Lista de Figuras

### **ESTUDO 1**

Figura 1 Organização da busca na literatura.....26

### **ANEXO C - Relatório Estatístico**

Figura 1 Número de participantes em cada etapa..... 93

Figura 2 Distribuição dos participantes por idade..... 93

Figura 3 Distribuição dos participantes por tempo de trabalho na Fundação CASA..... 95

## Lista de Tabelas

### ESTUDO 1

Tabela 1 Artigos incluídos.....	27
Tabela 2 Principais características metodológicas.....	28
Tabela 3 Comparação entre diretrizes legais, dados oficiais e resultados da revisão.....	35

### ESTUDO 2

Tabela 1 Impressões sobre a Fundação CASA.....	52
Tabela 2 Impressões sobre os alunos.....	53
Tabela 3 Impressões sobre o ensino.....	53
Tabela 4 Classificação dos dados textuais.....	54

### DISCUSSÃO GERAL

Tabela 1 Principais dificuldades encontradas na atuação docente na socioeducação.....	66
Tabela 2 Principais trechos relativos à educação em documentos básicos relacionados ao sistema socioeducativo.....	68
Tabela 3 Principais trechos relativos à educação em documentos complementares relacionadas ao sistema socioeducativo.....	69
Tabela 4 Citações referentes à docência na socioeducação nos artigos incluídos no Estudo 1.....	72
Tabela 5 Possibilidades à luz da Análise do Comportamento considerando dificuldades encontradas.....	79

### ANEXO C - Relatório Estatístico..... 93

Tabela 1 Distribuição dos participantes por gênero, cor e cidade de trabalho.....	94
Tabela 2 Formação profissional dos participantes.....	94
Tabela 3 Distribuição dos participantes por atuação profissional.....	94
Tabela 4 Quantidade de participantes por atuação em cada área e disciplina.....	95
Tabela 5 Dados gerais das respostas às questões em Escala Likert.....	96
Tabela 6 Análise de correlação de Spearman entre as variáveis categóricas ou ordinais investigadas....	100
Tabela 7 Teste t de Student para amostras independentes em função do tempo de trabalho na instituição.....	101
Tabela 8 Teste t de Student para amostras independentes em função do gênero.....	101
Tabela 9 Teste t de Student para amostras independentes em função do tipo de dedicação.....	101

## **Lista de Siglas**

BVS - Biblioteca Virtual em Saúde

CAAE - Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CASA - Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente

CONANDA - Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM - Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor

FUNABEM - Fundação Nacional de Bem-Estar Social do Menor

PCDC - Programação de Condições para o Desenvolvimento de Comportamentos

PIA - Plano Individual de Atendimento

PRISMA - Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses

SCIELO - Scientific Electronic Library Online

SEE - Secretaria Estadual de Educação

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

UNICASA - Universidade Corporativa da Fundação CASA

## Sumário

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>INTRODUÇÃO GERAL.....</b>	<b>15</b>
Referências.....	18
<b>ESTUDO 1.....</b>	<b>20</b>
Resumo.....	20
Introdução.....	21
Método.....	24
Resultados.....	26
Discussão.....	33
Considerações Finais.....	37
Referências.....	38
<b>ESTUDO 2.....</b>	<b>44</b>
Resumo.....	44
Introdução.....	45
Método.....	48
Procedimentos.....	48
Instrumentos.....	49
Participantes.....	50
Análise de dados.....	51
Resultados.....	51
Discussão.....	55
Considerações finais.....	58
Referências.....	59
<b>DISCUSSÃO GERAL.....</b>	<b>65</b>
A compreensão legal.....	67
A integração da literatura.....	72
Como avançar a discussão? Possibilidades à luz da Análise do Comportamento.....	74
Considerações finais.....	80
Referências.....	81
<b>ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....</b>	<b>86</b>
<b>ANEXO B - Questionário.....</b>	<b>89</b>
<b>ANEXO C - Relatório Estatístico.....</b>	<b>93</b>

## APRESENTAÇÃO

Conheci de fato o sistema de medidas socioeducativas em 2018, junto com o início de minha formação em Psicologia. Por influências pessoais e acadêmicas, dediquei boas horas de minha graduação para estudá-lo a fundo, especialmente a Fundação CASA. Isso me proporcionou experiências extremamente ricas, envolvendo estudos, pesquisa, trabalhos acadêmicos e estágio, sob diversas perspectivas, orientações e disciplinas.

Quando almejei construir uma pesquisa de mestrado, vislumbrei a possibilidade de unir três áreas do meu interesse que me acompanharam: o sistema de medidas socioeducativas, o trabalho docente e a Análise do Comportamento. O primeiro e o último já respaldados por uma literatura recente e, espero eu, crescente; mas os três, em união, possivelmente ainda distantes.

Eu adoraria, pensando principalmente na relevância social da atividade, realizar intervenções analítico-comportamentais com docentes atuantes no sistema de medidas socioeducativas. Conforme o mestrado foi iniciado, contei com excelentes orientações e trocas no Programa de Pós-Graduação que me ajudaram a delinear a pesquisa de forma a sinalizar a importância de “dar um passo atrás”. Para intervir, seria preciso clarificar o campo, compreender melhor sua situação, dificuldades, potencialidades e as reais necessidades de intervenção.

Assim procurei fazer e é o que apresento nesta dissertação. Espero que com ela seja possível o desenvolvimento de duas áreas principais: 1) a integração de trabalhos sobre a docência na socioeducação, de forma a orientar futuras práticas que, independentemente do referencial teórico e principalmente de modo interdisciplinar, ajudem a formular intervenções importantes na superação das dificuldades levantadas; e 2) considerando o primeiro ponto, trabalhos que avancem em explorar as potencialidades da inserção da Análise do Comportamento ao campo.

É importante sinalizar que nunca fui um membro direto do sistema socioeducativo, seja como profissional ou cumprindo medida. Se por um lado isso me permite trazer uma visão externa e minimamente menos parcial, por outro é um impeditivo a ser considerado. Assim, desenvolvi esse trabalho enquanto um agente externo, entusiasta do campo, na esperança de que, em união, pessoas

direta e indiretamente relacionadas possam construir um conhecimento que caminhe na superação de tantas dificuldades que se apresentam e na construção de um sistema eficaz.

Na construção de um sistema eficaz, ou, por que não, na extinção do que se entende como medidas socioeducativas, em um contexto ideal onde elas não seriam necessárias? Mas, como já comentei, é necessário dar um passo atrás e, principalmente, um de cada vez. Penso que mais importante do que discutir as ideias, seja formular a prática - afinal, o sistema existe e são muitos os envolvidos e afetados por ele.

## INTRODUÇÃO GERAL

A noção de infância e adolescência, tal qual a conhecemos hoje, nem sempre existiu. Nas civilizações ocidentais, até meados do Século XIII, a criança era compreendida enquanto um mini-adulto, fazendo as mesmas funções, trabalhando nos mesmos locais e vestindo as mesmas roupas (Veyne, 2009). A concretização de um sentimento de infância ocorre apenas a partir da influência religiosa, da ascensão burguesa e do modo de produção capitalista, que configuram um terreno, socialmente construído, em que se torna relevante distinguir quem seria o jovem, principalmente de modo a salvaguardar a propriedade privada da família (Ariès, 1981; Heywood, 2018).

Na história do Brasil, o Período Colonial remonta a passagem de uma situação de abandono moral a uma primeira noção de cuidado, associada à catequização das crianças indígenas pelos missionários jesuítas (Rizzini & Pilotti, 2011) e o cunho assistencialista fornecido pela roda dos expostos, uma espécie de janela giratória que permitia o depósito de recém-nascidos, de modo anônimo, para passarem aos cuidados das Santas Casas de Misericórdia (Marcílio, 2016). Neste período, não há ainda uma identidade infantil, uma vez que ao completar sete anos, a criança era inserida no mundo adulto (Vailati, 2010; Melo, 2020).

Em 1890, após a queda do Império, o Código Penal elaborado considerava que a partir dos 9 anos, crianças e adolescentes poderiam ser levados aos tribunais da mesma forma que os adultos (Brasil, 1890). Essa medida implicava, majoritariamente, crianças negras e pobres, considerando o retrato de um país que acabara de abolir a escravidão, mas nada fez para inserção social dos recém libertos, largados às ruas. Pelo contrário, disseminava-se a noção de que essas pessoas colocavam em risco a coesão social e o projeto desenvolvimentista em curso (Carmo & Bezerra, n.d.).

É no século XX em que se observam as principais mudanças no campo das ideias e por conseguinte no legislativo. Em 1927 entrou em vigor o primeiro Código de Menores, que apesar de trazer pela primeira vez a responsabilidade estatal de cuidar do menor de 18 anos (Brasil, 1927), possuía caráter assistencialista, protecionista e controlador, um “verdadeiro mecanismo de

intervenção sobre a população pobre” (Leite, 2006, p. 94). Durante a Ditadura Militar, o governo criou a Fundação Nacional de Bem-Estar Social do Menor (FUNABEM) e suas unidades descentralizadas, denominadas Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (FEBEM), fortalecidas pelo Código de Menores de 1979, que estabeleceu a doutrina da situação irregular (Brasil, 1979). Nessa perspectiva, basicamente qualquer criança ou adolescente pobre eram considerados em situação irregular, passando a ser objeto de tutela do estado (Leite, 2006).

No final do século XX, a discussão dos direitos da infância e adolescência ratifica uma nova perspectiva: a doutrina da proteção integral. A nível internacional, essa mudança de paradigma é consagrada na Convenção sobre os Direitos da Criança, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1989 (Unicef, 1989); no território brasileiro, principalmente a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990). A proteção integral rompe com paradigmas anteriores, como o assistencialismo e a situação irregular (Leite, 2006), e considera a condição peculiar do menor de 18 anos enquanto pessoa em desenvolvimento, dotando-o de direitos, subjetividade jurídica e garantias fundamentais (Brasil, 1990; Lima et al., 2017).

O breve panorama histórico apresentado objetiva enunciar a noção de infância e adolescência enquanto de caráter socialmente construído. Levando isso em consideração, ampara-se aqui na noção legal do paradigma de proteção integral preconizado no ECA, considerando sua importância na fundamentação da atenção e dos cuidados à criança e ao adolescente.

Próximos de completarem 25 anos de oficialização, o ECA e o paradigma de proteção integral parecem ainda idealizados, distantes da realidade, uma vez que é evidente a persistência de antigas problemáticas. Em 2023 foram registrados 11.556 adolescentes em cumprimento de medidas de restrição ou privação de liberdade no sistema de medidas socioeducativas, sendo maioria negros, com baixa renda familiar, provenientes de centros ou periferias urbanas e envolvidos em ato infracional relacionados à obtenção de patrimônio; submetidos a um ambiente em que persistem denúncias de maus tratos e tortura, pouca evolução educacional e condições precárias de trabalho aos profissionais (Brasil, 2023).

A concretização da noção de infância e adolescência associadas a uma perspectiva patrimonial e a construção histórica de uma legislação que buscava marginalizar jovens negros e pobres parecem ainda ser o retrato da sociedade brasileira. É no cerne desse cenário que se advoga a necessidade da investigação científica, de maneira interdisciplinar, visando produzir evidências e propor intervenções para a superação das problemáticas enunciadas. Considerando as prerrogativas legais que enfatizam a importância da educação no contexto socioeducativo (Brasil, 1990; 2012), seu caráter primordial na aplicação da medida socioeducativa e a centralidade do papel docente na (re)inserção<sup>1</sup> social dos adolescentes (Brasil, 2016), a presente pesquisa tem como objetivo principal investigar a docência no contexto socioeducativo.

No Estudo 1 foi realizada uma revisão de literatura que buscou compreender o cenário da pesquisa e publicação científica concernentes à investigação da atuação docente no contexto socioeducativo. No Estudo 2, a partir de pesquisa quanti-qualitativa, procurou-se investigar a atuação docente na medida de internação no estado de São Paulo. Por fim, a discussão geral visa relacionar os estudos, de modo a apontar problemáticas convergentes, além de trazer algumas reflexões complementares e iniciar um diálogo com o campo da Análise do Comportamento e suas possíveis contribuições.

Vale, por fim, ressaltar que o próprio título adotado nesta dissertação, *Atuação docente no contexto socioeducativo*, defende uma importante posição. Com *atuação docente*<sup>2</sup>, compreende-se que o trabalho do professor se estende não apenas à educação formal propriamente, mas a todo *contexto socioeducativo*, isto é, vai muito além do ensino em sala de aula e se estabelece em uma teia de relações nas diversas esferas que permeiam a vida dos adolescentes: é na atuação docente que se configura um passo importante para a transformação social dos jovens, muitas vezes

---

<sup>1</sup> Apesar de no documento referenciado não ser utilizado parênteses na palavra (re)inserção, defende-se aqui seu uso, como será feito em diversos momentos ao longo desta dissertação. O prefixo *-re*, que traz a ideia de repetição, deve ser usado com cautela. Cumprindo a medida socioeducativa ou não, o indivíduo é parte da sociedade e deve se pensar uma inserção que seja plena, não substitutiva, isto é, entende-se que a medida não deve formar um indivíduo novo, mas, a partir de sua história, permitir sua formação enquanto cidadão ativo e consciente no mundo (para maior análise, conferir: São Paulo, 2023, p. 27-28).

<sup>2</sup> Muito se discutiu sobre o termo ideal que abrangesse o campo estudado. Outros encontrados na literatura, como docência, trabalho docente ou atuação educativa, possuem semelhanças no que procuram definir. Não visando deslegitimá-los, mas sim integrá-los, acredita-se que *atuação docente* seja capaz de abarcar a ampla gama de significados a que os termos se referem.

marginalizados e excluídos, munindo-os de voz e de compreensão sobre a realidade, suas possibilidades e potencialidades.

### Referências

- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC.
- Brasil. (1890). *Decreto N° 847, de 11 de Outubro de 1890*.  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d847.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm)
- Brasil. (1927). *Decreto N° 17.943-A, de 12 de Outubro de 1927*.  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm)
- Brasil. (1979). *Lei N° 6.697, de 10 de Outubro de 1979*.  
[https://planalto.gov.br/ccivil\\_03/////LEIS/1970-1979/L6697.htm](https://planalto.gov.br/ccivil_03/////LEIS/1970-1979/L6697.htm)
- Brasil. (1990). *Lei n° 8.069, de 13 de Julho de 1990*.  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)
- Brasil. (2012). *Lei n° 12.594, de 18 de Janeiro de 2012*.  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm)
- Brasil. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. (2023). *SINASE Levantamento anual*.  
<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoSINASE2023.pdf>
- Brasil. Ministério da Educação. (2016). *Resolução N° 3, de 12 de Maio de 2016*.  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=41061-rceb003-16-pdf&category\\_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41061-rceb003-16-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192)
- Carmo, M. F. & Bezerra, L. A. (n.d.). *Escola Nacional de Socioeducação (ENS). Medidas socioeducativas: aspectos históricos e conceituais*.  
[http://www.ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/modulos\\_dos\\_cursos/MedidasSUAS/Eixo1-SUAS.pdf](http://www.ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/modulos_dos_cursos/MedidasSUAS/Eixo1-SUAS.pdf)
- Heywood, C. (2018). *A history of childhood: Children and childhood in the west from medieval to modern times*. 2nd ed. Cambridge: Polity Press.

- Marcilio, M. L. (2011). A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: Freitas, M. C. (Org.). *História social da infância no Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Cortez.
- Leite, C. C. (2006). Da doutrina da situação irregular à doutrina da proteção integral: aspectos históricos e mudanças paradigmáticas. *Rev. Minist. Público*, 23, 93-107. [https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2764825/Carla\\_Carvalho\\_Leite.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2764825/Carla_Carvalho_Leite.pdf)
- Melo, J. S. (2020). Breve histórico da criança no Brasil: conceituando a infância a partir do debate historiográfico. *Revista Educação Pública*, 20(2), DOI: 10-18264/REP.
- Rizzini, I. & Pilotti, F. (2011). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Cortez.
- United Nations Children's Fund (UNICEF). (1989). *Convention on the Rights of the Child*. <https://www.unicef.org/child-rights-convention/convention-text>
- Vailati, L. L. (2010). *A morte menina: infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)*. São Paulo: Alameda.
- Veyne, P. (org.). (2009). *História da vida privada 1: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: companhia das Letras.

## ESTUDO 1

Atuação docente no contexto socioeducativo: revisão integrativa da literatura brasileira<sup>3</sup>.

### Resumo

Se por um lado o Brasil apresenta avanços legais nos cuidados à criança e ao adolescente, fundamentados no paradigma de proteção integral, por outro persistem inúmeras problemáticas no sistema de medidas socioeducativas. Este estudo buscou compreender o cenário da pesquisa e publicação científica concernentes à investigação da atuação docente no contexto socioeducativo. Foi utilizado o método de revisão integrativa da literatura a partir da combinação de descritores nas bases de dados Scielo, BVS e Portal CAPES. Após análise e seleção, foram incluídos 17 artigos na revisão, classificados em três grupos principais relacionados à atuação docente: formação e preparação para o trabalho, principais desafios enfrentados e estratégias e recursos para a concretização de um bom trabalho. Os resultados revelam crescimento de publicações sobre a temática nos últimos anos, aliada à diversidade de autores e periódicos; preferência a delineamentos qualitativos, sobretudo a partir de entrevista e realização de grupos; e investigação centrada na medida de internação. Em comparativo às prerrogativas legais, constatou-se que as principais problemáticas estão relacionadas ao desenvolvimento de políticas específicas, às condições adequadas de trabalho e à formação inicial e continuada; enquanto os maiores potenciais atuais da docência estão na concretização da educação enquanto mecanismo de (re)inserção social e no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e específicas ao contexto da socioeducação.

**Palavras-chave:** docência; socioeducação; medidas socioeducativas

---

<sup>3</sup> Estudo submetido ao periódico Educação em Revista (UFMG) em Outubro/2024. Publicado na forma de Preprint: Fernandes Scalvi, G., & Domeniconi, C. (2024). Atuação docente no contexto socioeducativo: revisão integrativa da literatura brasileira. In SciELO Preprints. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10213>.

## Introdução

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um marco histórico na legislação brasileira. Fundamentado na doutrina da proteção integral, pressupõe a condição da criança e do adolescente enquanto pessoas em desenvolvimento, garantindo assim direitos fundamentais, sem discriminação ou distinção, referentes à vida e saúde, liberdade, respeito e dignidade, convivência familiar e comunitária, educação, cultura, esporte e lazer, e profissionalização; sendo dever da família, comunidade, sociedade e poder público assegurarem seu acesso e efetivação (Brasil, 1990).

O ECA concretiza o estabelecido a partir do artigo 227 da Constituição Federal (Brasil, 1988) e dota a criança e adolescente enquanto sujeitos de direitos, considerando sua situação peculiar e prioridade absoluta (Brasil, 2023). Diante de atos contrários à legislação penal essa condição é considerada e, portanto, direcionam-se processos de responsabilização compatíveis à faixa etária: considerando a criança enquanto a pessoa até doze anos incompletos e adolescente aquele entre doze e dezoito anos (Brasil, 1990), aplicam-se medidas protetivas ao primeiro e medidas socioeducativas ao segundo grupo (Brasil, 2023).

As medidas socioeducativas, passíveis de aplicação ao adolescente que pratique ato infracional, isto é, crimes ou contravenções penais, devem levar em consideração a capacidade de cumprimento, gravidade da infração e as circunstâncias envolvidas, sendo terminantemente proibido o trabalho forçado e garantidas condições especiais aos portadores de deficiência; além de sua imposição estar condicionada à existência suficiente de provas e a materialidade da infração (Brasil, 1990).

São listadas, no artigo 112 do ECA, seis principais medidas socioeducativas: I) Advertência (admoestação verbal); II) Obrigação de reparar dano (restituição de valor econômico ou patrimonial); III) Prestação de serviços à comunidade (tarefas gratuitas de interesse geral); IV) Liberdade assistida (acompanhamento, auxílio e orientação por parte de profissional especializado); V) Inserção em regime de semiliberdade (privação parcial de liberdade, sendo possível a realização de atividades externas, como escolarização e profissionalização); e VI) Internação em

estabelecimento educacional (privação total de liberdade) (Brasil, 1990). Comumente classificam-se entre medidas de meio aberto e meio fechado, sendo o segundo grupo composto pelas situações em que há restrição ou privação de liberdade.

O ECA, ao se pautar na proteção integral e ao definir um modelo específico de responsabilização dos adolescentes, cria as condições para a formulação da Política Nacional de Atendimento Socioeducativo (Brasil, 2023). Para tanto, foi instituído o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), aprovado na Resolução nº 119 do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) (Brasil, 2006) e efetivamente implantado pela Lei Federal nº 12.594 (Brasil, 2012). O SINASE fundamenta três pilares dos objetivos da medida socioeducativa: I) responsabilização, II) integração social e garantia de direitos, e III) desaprovação da conduta infracional (Brasil, 2012); em suma, visa constituir parâmetros e procedimentos mais objetivos e justos, garantindo a defesa e promoção dos direitos do adolescente, orientando-o através de uma noção eminentemente pedagógica.

Considerando o direito básico e fundamental à educação, o Ministério da Educação elaborou as Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (Brasil, 2016), orientadas pelos princípios, definidos em seu artigo 4º: prevalência da dimensão educativa da medida; escolarização enquanto instrumento de reinserção social; progressão com qualidade; investimento em experiências de aprendizagem social e desenvolvimento progressivo; aplicação de estratégias pedagógicas adequadas ao contexto; prioridade nas políticas educacionais; e reconhecimento da singularidade e diferenças, valorizando as identidades e enfrentando toda forma de discriminação e violência.

A oferta, qualificação e consolidação do atendimento escolar de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas devem ser realizadas, em colaboração, pelas diferentes entidades governamentais e instituições de ensino (Brasil, 2016). No caso do adolescente em privação de liberdade a escola deve ser ofertada dentro da própria instituição; nas demais situações o adolescente deve frequentar a escola regular da rede pública de ensino.

Embora legalmente apresentem-se inúmeros avanços nos cuidados à infância e juventude e uma ressignificação do olhar sobre o adolescente que comete ato infracional, o contexto socioeducativo ainda se revela extremamente problemático. O mais recente Relatório Anual do SINASE (Brasil, 2023) registrou, com base no dia 30 de junho de 2023, 11.556 adolescentes em cumprimento de medidas de restrição ou privação de liberdade, sendo 63,8% negros (pardos e pretos), 95,6% do gênero masculino, e 19,1% com renda familiar de até 1 salário-mínimo; com relação ao ato infracional, destacam-se roubo, tráfico e homicídio doloso. Apesar do documento revelar a ausência de dados completos de todo território nacional, os marcadores sociais dominantes apontam assimetrias que contradizem o princípio da não discriminação e traçam um perfil do adolescente em restrição ou privação de liberdade do país.

Outros desafios que permanecem são, com relação aos adolescentes: maus tratos e tortura (Brasil, 2023), reincidência (Brasil, 2019), abuso de substâncias (Komatsu et al., 2021), crenças depreciativas e condenatórias que aproximam à ideia de periculosidade (Cunha et al., 2020) e aplicação de ações mais punitivas que protetivas (Bonatto & Fonseca, 2020). Com relação aos profissionais que atuam no âmbito socioeducativo: condições precárias de trabalho (Brasil, 2023), necessidade de aperfeiçoamento de políticas públicas (Bonatto & Fonseca, 2020) e demanda de aumento de capacitações e formações para utilização de ferramentas específicas ao contexto (Alberto et al., 2021). Além de problemas gerais: sofrimento mental de adolescentes e trabalhadores em função da institucionalização (Robert et al., 2022) e impactos decorrentes da pandemia de Covid-19 (Brasil, 2023; Silva et al., 2023).

A escola, envolvida nesse cenário entre desafios e possibilidades, encontra-se em uma dupla posição: se por um lado é o principal instrumento de reinserção social (Brasil, 2016), é por outro o cerne de problemáticas consagradas. Em meio fechado, revelam-se significativa quantidade (cerca de 10,2%) de adolescentes sem frequentar a escola e pouca evolução educacional dos atendidos (Brasil, 2023), problemas de segurança e falta de articulação e acompanhamento externo (Padovani & Ristum, 2013); em meio aberto, sobressaem-se dificuldades de inserção e permanência escolar

(Seabra & Oliveira, 2017; Morais & Ferreira, 2019), além de insuficiência de estratégias pedagógicas e comunicação falha entre agentes escolares e socioeducativos (Seabra & Oliveira, 2017). De modo geral, evidencia-se um quadro de inamistividade entre a escola e o adolescente, fruto de problemáticas históricas e sociais (Cunha & Dazzani, 2016).

Considerando os avanços legais, a persistência das problemáticas listadas, e principalmente a necessidade de um olhar eminentemente pedagógico sobre a medida socioeducativa, cabe indagar sobre a posição específica ocupada pelo professor nesse contexto. Deste modo, buscou-se no presente estudo a realização de uma revisão integrativa de literatura, com objetivo de compreender o cenário da pesquisa e publicação científica concernentes à atuação docente no contexto socioeducativo.

### **Método**

A revisão integrativa de literatura é considerada uma importante ferramenta que, diante de um crescente aumento da produção científica, permite resumir pesquisas anteriores por meio de conclusões gerais (Broome, 2000), além de possibilitar a inclusão de diversas metodologias na análise de modo a fornecer uma compreensão mais abrangente do fenômeno investigado (Whittemore & Knafl, 2005). A adoção da revisão integrativa no campo educacional permite aprofundar a compreensão da área ou objeto de estudo, sistematizar a produção científica a partir de um procedimento com rigor metodológico, auxiliar no surgimento de novas ideias e verificar a expressão da abordagem qualitativa nos estudos, considerando que além de quantificá-los, sobretudo os analisa (Rodrigues et al. 2022).

Adotou-se protocolo de pesquisa baseado nas fases estabelecidas por Souza et al. (2010): 1) elaboração da pergunta norteadora, 2) busca na literatura, 3) coleta de dados, 4) análise crítica dos estudos incluídos, 5) discussão dos resultados, e 6) apresentação da revisão integrativa. Contou-se também com auxílio das diretrizes PRISMA 2020 (Page et al., 2021), sendo o Flow Diagram para a

etapa 2 e o Checklist para reportar a revisão, ambos adaptados considerando o método de revisão integrativa.

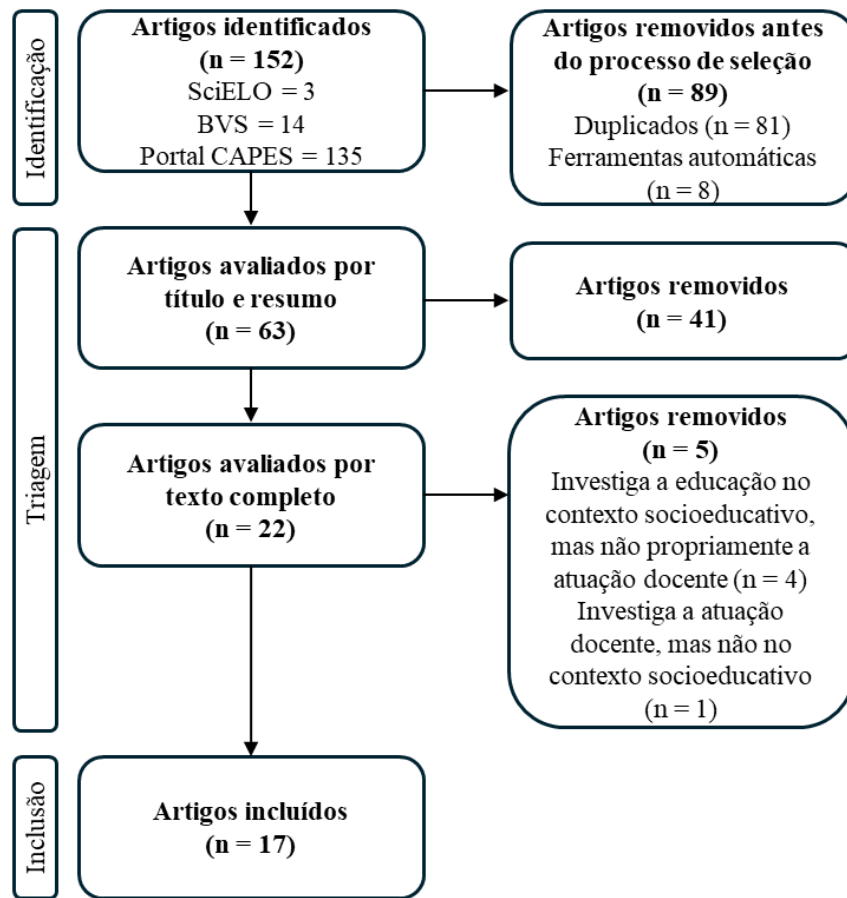
A questão norteadora foi: “Quais são as evidências publicadas sobre a atuação docente no contexto brasileiro da socioeducação?” (*Fase 1*). A busca na literatura foi realizada em Junho de 2024 nas bases de dados SciELO, BVS e Portal de Periódicos CAPES. Adotou-se a combinação de descritores e operadores booleanos: [(“medida socioeducativa” OR “Medidas socioeducativas” OR “socioeducação”) AND (docente\* OR professor\*)], e os seguintes critérios de inclusão: artigos científicos, com disponibilidade de texto completo, publicados em revistas brasileiras, que tivessem objetivos relacionados a investigar a atuação docente no contexto socioeducativo brasileiro; e de exclusão: publicados em revistas com nota C ou sem avaliação na classificação Qualis CAPES 2017-2020 (*Fase 2*).

Para a coleta de dados os artigos eleitos foram fichados e catalogados de acordo com material previamente desenvolvido, dividido em três etapas: 1) caracterização geral (título, autores e ano de publicação), 2) caracterização do periódico (título, classificação no Qualis CAPES 2017-2020 e área mãe), e 3) caracterização metodológica (objetivos, delineamento do estudo, características da amostra, local de realização, tipo de medida socioeducativa avaliada, e resultados gerais encontrados). Em seguida, de acordo com os objetivos e resultados apresentados, cada trabalho foi classificado e apresentado entre uma de três temáticas, sendo: 1) Formação e preparação docente para o trabalho na socioeducação, 2) Principais desafios enfrentados na atuação docente na socioeducação, e 3) Estratégias e recursos para a concretização de um bom trabalho docente na socioeducação (*Fases 3 e 4*).

Por fim, discutem-se os principais resultados encontrados de modo a relacioná-los com as prerrogativas legais (Brasil, 1990; 2012; 2016) e os dados obtidos no último Levantamento Anual do SINASE (Brasil, 2023), destacando, na visão docente, os principais desafios persistentes à socioeducação e as estratégias desenvolvidas que buscam superar esse quadro e construir uma educação de qualidade (*Fase 5*).

## Resultados

**Figura 1** Organização da busca na literatura



Nota. adaptado de Page et al. (2021)

A Figura 1 apresenta as etapas seguidas para a busca na literatura. Inicialmente, somando os resultados das três bases investigadas, foram identificados 152 artigos, sendo 81 duplicados e 8 excluídos a partir das ferramentas automáticas (indisponibilidade do texto completo ou publicados em língua diferente das incluídas na análise). Em seguida, 63 artigos foram analisados a partir de seu título e resumo, resultando na remoção de 41 por não se enquadrarem no tema de interesse. Por fim, 22 foram lidos integralmente, excluindo-se mais 5 em função de a) investigar e discutir a educação no âmbito socioeducativo, mas não propriamente a atuação docente, ou b) investigar e discutir a atuação do docente, mas não propriamente no âmbito socioeducativo. Como corpus final, 17 artigos foram incluídos na análise, dispostos na Tabela 1.

**Tabela 1** Artigos incluídos

	<b>Autor(a)(es/as)</b>	<b>Ano</b>	<b>Periódico</b>	<b>Área (Qualis)</b>
1	Martins, Catozzi, Sayegh & Bariani	2005	Psicologia Escolar e Educacional	Psicologia (A2)
2	Cella & Camargo	2009	Educação & Sociedade	Educação (A1)
3	Rocha, Silva & Costa	2010	Pesquisas e Práticas Psicossociais	Psicologia (A3)
4	Moreira, Melgaço, Albuquerque, Rocha & Ribeiro	2015	Psicologia em Revista	Psicologia (A2)
5	Olic	2017	Educação e Pesquisa (USP)	Educação (A1)
6	Arruda & Figueiredo	2018	ComCiência	Educação (B2)
7	Souza & Onofre	2019	Reflexão e Ação	Educação (A3)
8	Nunes & Moura	2019	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	Educação (A1)
9	Pereira, Silva & Caliman	2019	Revista de Educação ANEC	Educação (B1)
10	Furtado & Paixão	2020	Dialogia	Educação (A4)
11	Conceição	2020	Revista Prática Docente	Ensino (B1)
12	Bisinoto	2022	Em Aberto	Educação (A2)
13	Defelippe	2022	Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica	Educação (A4)
14	Ribeiro & Miranda	2023	Vozes, Pretérito & Devir	História (B1)
15	Lago, Souza & Santos	2023	Contribuciones a Las Ciencias Sociales	Interdisciplinar (A4)
16	Hashizume & Pedrosa	2023	Cadernos de Pós-Graduação	Educação (B1)
17	Maluche & Barros	2024	Caderno Pedagógico	Ensino (A2)

Nenhuma autoria se repetiu em qualquer publicação, totalizando 38 autores diferentes. Com relação ao ano, observou-se um intervalo compreendendo 20 anos (2005-2024), sendo maioria (82,4%,  $n = 14$ ) nos últimos 10 anos (2015-2024) e 2019 e 2023 os anos com o maior número de publicações (17,6%,  $n = 3$ ). Também não houve a repetição de nenhuma revista, apesar de se notar domínio de periódicos concentrados na área da Educação (58,8%,  $n = 10$ ), seguidos por Psicologia (17,6%,  $n = 3$ ), Ensino (11,8%,  $n = 2$ ) e História e Interdisciplinar, com um título cada. Por fim, a

partir da classificação Qualis CAPES dos periódicos, 41,2% ( $n = 7$ ) dos artigos foram publicados em revistas A1 ou A2, seguidos de 29,4% ( $n = 5$ ) em A3 ou A4 e 29,4% ( $n = 5$ ) em B1 ou B2.

**Tabela 2** Principais características metodológicas

	<b>Delineamento</b>	<b>Instrumentos/Ferramentas</b>	<b>Medida Socioeducativa</b>	<b>Estado</b>	<b>Classificação</b>
1	Quanti-qualitativo	Questionário	Liberdade Assistida	SP	Desafios
2	Qualitativo	Entrevista	Internação	SP	Desafios
3	Qualitativo	Observação, entrevista, grupo focal	Internação	AM	Formação
4	Teórico	Análise teórica	Semiliberdade	MG	Desafios
5	Teórico	Própria atuação	Internação	SP	Desafios
6	Bibliográfico	Bibliográfico/Documental	Todas	Todos	Formação
7	Estudo de caso (Qualitativo)	Observação	Internação	SP	Desafios
8	Qualitativo	Observação participativa, análise de oficinas	Internação	PI	Formação
9	Qualitativo	Grupo focal	Internação	DF	Formação
10	Qualitativo	Observação participativa, entrevista	Internação	AP	Desafios
11	Qualitativo	Entrevista	Internação	SP	Desafios
12	Bibliográfico	Bibliográfico/Documental	Todas	Todos	Formação
13	Relato de experiência (Qualitativo)	Própria atuação	Internação	RJ	Estratégias
14	Qualitativo	Entrevista	Internação	PE	Formação
15	Qualitativo	Bibliográfico/Documental, Grupos de Trabalho e de Discussão	Internação	BA	Estratégias
16	Relato de experiência (Qualitativo)	Rodas de conversa	Internação	SP	Estratégias
17	Qualitativo	Análise de transcrições de reuniões	Internação	não informado	Estratégias

*Nota.* A numeração dos artigos corresponde à Tabela 1. A coluna *classificação* foi elaborada com base em análise dos autores, demais dados provenientes de informações dos artigos analisados.

Na Tabela 2 são apresentadas algumas das características metodológicas dos estudos analisados. A maior parte foi realizada a partir de delineamento qualitativo (70,6%,  $n = 12$ ), sendo que apenas um (5,9%) trabalho contou também com coleta quantitativa. Os principais instrumentos utilizados foram a entrevista (29,4%,  $n = 5$ ) e a realização de grupos ou oficinas (29,4%,  $n = 5$ ), seguidas de observação (23,5%,  $n = 4$ ) e análise bibliográfica/documental (23,5%,  $n = 4$ ). A internação foi a medida socioeducativa investigada em 76,5% ( $n = 13$ ) dos trabalhos, sendo registrados apenas um (5,9%) estudo no contexto de liberdade assistida e um (5,9%) de semiliberdade. Com relação ao local de coleta dos dados, a região Sudeste abrigou 47% ( $n = 8$ ) da amostra, sendo maioria no estado de São Paulo (35,3%,  $n = 6$ ), seguida da região Nordeste (17,6%,  $n = 3$ ), Norte (11,8%,  $n = 2$ ) e Centro-Oeste (5,9%,  $n = 1$ ); não foram encontrados registros provenientes da região Sul. Conforme os objetivos e resultados apresentados, os artigos foram classificados, sendo 35,3% ( $n = 6$ ) relativos a investigações sobre a formação e preparação, 41,2% ( $n = 7$ ) sobre desafios enfrentados e 23,5% ( $n = 4$ ) apresentam estratégias e recursos.

### **Formação e preparação docente para o trabalho na socioeducação**

*[Artigos: 3, 6, 8, 9, 12 e 14]*

Com o objetivo de analisar a formação de professores para o trabalho socioeducativo, os trabalhos de Arruda & Figueiredo (2018) e Bisinoto (2022) destacam, a partir de análise bibliográfica, avanços importantes no plano legal para elaboração e condução de políticas eminentemente pedagógicas ao público da socioeducação, principalmente pela emissão das Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (Brasil, 2016) e da fundação da Escola do SINASE (Brasil, 2015). Entretanto, apresentam conclusões similares ao destacar a falta de materialização em programas e ações, principalmente ao considerar as limitações dos cursos de formação inicial e continuada de professores. Como resultado deste processo, formam-se profissionais despreparados e sem conhecimentos específicos ao contexto particular de atendimento socioeducativo.

O artigo de Pereira et al. (2019) investiga, a partir da realização de um grupo focal, a percepção de professores sobre a importância dos princípios da Educação Social para as práticas pedagógicas na socioeducação. Além de sinalizar convergências entre as práticas do educador social e a socioeducação, os autores evidenciam a necessidade de aprofundamento da temática pelo corpo docente em sua formação, exemplificado em dois pontos: permitir que o profissional compreenda seu papel enquanto agente de transformação social; e desenvolver habilidades de lidar e conhecer a adolescência, seus significados, características e complexidades.

Rocha et al. (2010) obtêm resultados parecidos ao analisar a percepção dos próprios profissionais sobre sua preparação profissional e acadêmica para o trabalho em unidades de internação. A singularidade do processo educativo nesse contexto elucidada, na visão dos docentes, a noção de que a formação acadêmica não fornece preparo suficiente, evidenciado pelo desconhecimento da instituição, de seu funcionamento e do público atendido, gerando apreensão, insegurança, medo e até mesmo a recusa em trabalhar na instituição. Os participantes também comentam sobre a aprendizagem profissional ser adquirida na prática, desenvolvendo habilidades como: ser observador, ter comprometimento e disposição, e estar preparado para reconhecer as intenções dos adolescentes.

O desenvolvimento de uma formação própria a partir da experiência também aparece nos estudos de Nunes & Moura (2019) e Ribeiro & Miranda (2023). No primeiro, as autoras destacam a importância da dupla função pesquisa-formação ao avançar o conhecimento de forma colaborativa e propiciar a autoformação profissional, uma vez que a experiência se torna conhecimento e competências não construídos em outros espaços. No segundo, entrevistas realizadas com professores de história apontam a importância da interação e intercâmbio entre docentes e discentes para a construção de sua atuação profissional. Assim, a preparação formativa envolve não apenas aspectos formais de ensino, mas sobretudo considerar, no espaço escolar, dinâmicas de ocupação, condições físicas, oferta de materiais, tempo, situações de trabalho e bem-estar, ou seja, elaborar saberes “nos ‘pavilhões’ e apesar dos ‘pavilhões’” (p. 280).

## **Desafios enfrentados na atuação docente na socioeducação**

*[Artigos: 1, 2, 4, 5, 7, 10 e 11]*

As limitações da formação apresentadas formam por si só um dos principais desafios enfrentados na atuação docente. Poucos conhecimentos e preparos, além da ausência de incentivos e investimentos são temas recorrentes em diversos outros trabalhos (Martins et al., 2005; Cella & Camargo, 2009; Furtado & Paixão, 2020). Sentimento de culpa, sensação de fracasso, fragmentação do trabalho e ausência de caminhos e perspectivas são alguns dos relatos encontrados nas entrevistas de educadoras na internação no trabalho de Cella & Camargo (2009).

Outros desafios encontrados na internação são: os próprios docentes enquanto alvo de exclusão e preconceito por pares ao estarem fora da instituição (Cella & Camargo, 2009); necessidade constante de reorganizar metodologias e planejamentos em virtude do desinteresse dos alunos em função da privação de liberdade, e a inferiorização da prática escolar em detrimento das ações de segurança (Souza & Onofre, 2019); as limitações das classes multisseriadas, a defasagem escolar, o uso restrito de materiais e a rotatividade de alunos (Conceição, 2020); e a posição complexa vivenciada pelo professor, assumindo um lugar arriscado, de ora operar de acordo com as lógicas institucionais e distanciar-se dos adolescentes, ora passar dos limites de envolvimento e atuar totalmente conforme a vontade desses (Olic, 2017).

Nos casos dos trabalhos que investigaram o contexto de atuação com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida e semiliberdade e, portanto, na escola regular, acrescentam-se novos desafios: dificuldades de frequência dos estudantes em virtude de desmotivação, conflitos com os educadores, problemas na comunidade e falta de tempo (Moreira et al., 2015); preconceito social e expectativas negativas dos professores com relação aos adolescentes, assumindo ideias deles serem diferentes dos demais: “inseguros, agressivos, revoltados, com grande necessidade de chamar atenção, além de pertencentes a um ambiente familiar problemático” (Martins et al., 2005, p.122); e, em alguns casos, os docentes considerarem uma superproteção do ECA e falta de responsabilização dos adolescentes (Moreira et al., 2015).

## **Estratégias e recursos relevantes ao trabalho docente na socioeducação**

*[Artigos: 13, 15, 16 e 17]*

Os artigos de Defelippe (2022) e Hashizume & Pedrosa (2023) são relatos de experiências de atividades desenvolvidas por professores em contexto escolar de privação de liberdade. No primeiro, sob a perspectiva autobiográfica, discutem-se processos de identificação e representação de papéis sociais a partir do relato de uma prática desenvolvida pela docente no primeiro dia de aula, de modo a encontrar similaridades e diferenças entre os alunos, afastando-os do estigma de infrator. O segundo artigo apresenta um projeto de alfabetização e sua importância para, muito além da apropriação dos símbolos, transformar os estudantes no sentido de torná-los cidadãos ativos e conscientes, protagonistas de suas próprias histórias e, por conseguinte, na construção e (re)elaboração de planos de vida. Ambos os trabalhos enfatizam o papel central e fundamental do professor.

Maluche & Barros (2024) orientam-se pela Análise Crítica do Discurso ao examinar transcrições de reuniões de estudos do corpo educativo de uma unidade de internação. As autoras sublinham a mudança qualitativa nas práticas discursivas a partir do processo de aprendizagem: passagem de visões atreladas a campos semânticos negativos e reprodução da ordem social vigente para rupturas e materialização de mudanças em prol do desenvolvimento de ideais de emancipação humana e consciência revolucionária, cristalizados em “traços sócio-discursivos de (re)posicionamento social, orientados para a instauração de uma socioeducação no viés de uma educação social emancipatória” (p. 2).

O estudo de Lago et al. (2023) alia pesquisa documental e bibliográfica à formação de grupos de trabalho com equipe pedagógica e grupos de discussão com alunos, de forma a construir conjuntamente uma proposta curricular específica. Com o objetivo de elaborar um currículo emancipador, libertador e cidadão, os autores apresentam uma proposta de aperfeiçoamento da matriz curricular e da carga horária para a Educação de Jovens e Adultos no contexto da socioeducação em privação de liberdade. Dentre as principais contribuições, destaca-se a oferta de

disciplinas diversificadas, trabalhadas de forma transversal e transdisciplinar, como: protagonismo juvenil, projeto de vida, educomunicação e mundo do trabalho.

### **Discussão**

O número de artigos incluídos na presente análise revela, por si só, um dado interessante sobre a atenção que a atuação docente no contexto socioeducativo tem recebido. Acrescenta-se, ao analisar a Tabela 1, que grande parte dos estudos foram publicados nos últimos anos: dos 17 iniciais, 14 são dos últimos dez anos (2015-2024) e 8 dos últimos cinco (2020-2024), evidenciando também um aumento recente de publicações, fundamental à investigação científica. A diversidade de autores e revistas soma à discussão ao permitir o envolvimento de diversos pesquisadores e estudiosos, além de atingir uma quantidade maior e mais diversa de público, na interface entre diversas áreas, como a Educação, a Psicologia, o Ensino e a História; por outro lado, sugere a ausência de grupos ou periódicos envolvidos com a pesquisa e publicação de maneira específica da área avaliada.

Com relação ao exame das características metodológicas, a partir da Tabela 2, notou-se a prevalência de estudos de natureza qualitativa, o que vai ao encontro da importância da ferramenta ao campo da Educação (Ribeiro, 2000), principalmente ao permitir uma análise interpretativa em função de uma compreensão contextualizada dos indivíduos, voltada ao processo e não ao resultado em si (Zanette, 2017). É válido comentar, entretanto, que a existência de apenas um artigo que tenha adotado também a coleta quantitativa, sendo o mais antigo da revisão (Martins et al, 2005), evidencia uma lacuna na literatura, principalmente ao se considerar a importância de diferentes óticas que contribuem para a discussão frente à crescente utilização de dados quantitativos relacionados à políticas educacionais (Pereira & Ortigão, 2016).

Destacam-se outras limitações: grande parte dos trabalhos se deu no contexto da medida socioeducativa de internação, resultando em apenas uma análise da semiliberdade (Moreira et al., 2015) e uma da liberdade assistida (Martins et al, 2005), o que evidencia a necessidade de

ampliação do campo no estudo de professores que atuam na escola regular e que possuem alunos em cumprimento de medidas socioeducativas. Outro ponto é a concentração de pesquisas desenvolvidas no estado de São Paulo, que apesar de convergir com dados que apontam enquanto o local que detém cerca de 70% dos gastos com pesquisa no Brasil (Schneegans et al., 2021), carece de descentralização e equalização nas demais regiões, considerando, por exemplo, a inexistência de artigos encontrados que analisassem especificamente estados da região Sul do país.

Ao buscar classificar os artigos em blocos temáticos, é possível inferir que grande parte está concentrada em destacar desafios que o professor no contexto socioeducativo enfrenta. Considerando que os trabalhos relacionados à formação revelam sobretudo despreparo e desconhecimento, conclui-se que esse conjunto é, de certa forma, parte daqueles expressos no bloco sobre os desafios enfrentados. Sob outra perspectiva, apesar dos trabalhos que apresentam estratégias e recursos relevantes estarem em desvantagem numérica, contando com apenas quatro registros (Defelippe, 2022; Hashizume & Pedrosa, 2023; Lago et al., 2023; Maluche & Barros, 2024), esses estão entre as cinco publicações mais recentes. Acredita-se, por esta razão, que a literatura parece estar em movimento de se aproximar de uma discussão que contemple formas de aprimorar a atuação docente.

Considerando os avanços legais (Brasil, 1990; 2006; 2012; 2016) e o Relatório Anual do SINASE (Brasil, 2023), cabe traçar um comparativo entre alguns dos princípios preconizados nos documentos, os dados oficiais e os resultados encontrados na literatura, conforme apresentado na Tabela 3. Considera-se válida essa organização na compreensão de, por um lado, estratégias que convergem com o plano legal e, por outro, desafios que permanecem historicamente e que portanto distanciam-se do idealizado. Por mais que a revisão inclua trabalhos realizados há 20 anos e a principal referência legal sejam as Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, publicada apenas em 2016, vale comentar que o documento apenas cristaliza o debate há muito iniciado oficialmente (Brasil, 1990; 2006; 2012).

**Tabela 3** Comparação entre diretrizes legais, dados oficiais e resultados da revisão

<b>Plano Legal (Brasil, 1990; 2012; 2016)</b>	<b>Relatório Anual do SINASE (Brasil, 2023)</b>	<b>Literatura científica sobre a atuação docente</b>
Obrigatoriedade de atividades pedagógicas	Mais de 10% de adolescentes sem frequentar a escola em meio fechado	Dificuldade de frequência dos estudantes em meio aberto <sup>4</sup>
Não discriminação e respeito à individualidade	Predominância de um grupo social específico (homens, negros e de baixa renda)	Preconceito e expectativas negativas dos professores sobre os estudantes <sup>1,4</sup>
Prevalência da dimensão educativa da medida, sendo proibido o castigo físico	Permanência de maus tratos e tortura	Inferiorização da prática escolar em detrimento das ações de segurança <sup>7</sup>
Escolarização como estratégia de reinserção social	Maioria dos adolescentes frequentando a escola dentro da unidade de internação, algo apontado como contrário ao princípio de inserção social	Importância da compreensão de papéis sociais e afastamento do estigma de infrator <sup>13</sup> Importância da alfabetização na construção e elaboração de projetos de vida <sup>16</sup> Papel central do professor <sup>13, 16</sup> Discurso de (re)posicionamento social e socioeducação e viés de educação social emancipatória <sup>17</sup>
Implementação de políticas e ações para qualificação da escolarização	Superação do problema histórico da superlotação e possibilidade de investimento na qualidade do atendimento	Avanços legais, mas falta de materialização em programas e ações <sup>6,12</sup>
Desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e específicas	Pouca evolução educacional dos adolescentes	Elaboração de um currículo específico <sup>15</sup> Aprendizagem profissional advinda também da prática <sup>3,8,14</sup> Dificuldades em virtude de classes multisseriadas, defasagem escolar, materiais restritos, rotatividade de alunos <sup>11</sup>
Interlocução entre a escola e o atendimento socioeducativo	-	Próprios docentes enquanto alvo de preconceito por pares <sup>2</sup>
Garantia de condições adequadas de trabalho aos profissionais	Condições precárias de trabalho	Posição complexa ocupada pelo professor <sup>5</sup> Necessidade constante de reorganização <sup>7</sup> Sentimentos de culpa, fracasso, trabalho fragmentado e ausência de perspectivas <sup>2</sup>
Cursos de formação inicial e continuada dos professores devem contemplar conteúdos específicos	-	Limitações nos cursos de formação, profissionais despreparados e sem conhecimentos específicos <sup>1,2,3,6,9,10,12</sup>

*Nota.* A fim de uma melhor apresentação visual dos dados da Tabela 3, as referências da terceira coluna foram suprimidas da maneira normatizada. A numeração corresponde às referências e dados apresentados nas Tabelas 1 e 2.

A comparação expressa na Tabela 3 elucida muitas problemáticas entre o legalmente planejado e o executado na prática. Isso se manifesta negativamente na atuação docente de diversas formas, como na satisfação com o trabalho realizado e na qualidade do serviço ofertado, o que, por consequência, afeta na educação dos adolescentes e na inferiorização da noção pedagógica da medida socioeducativa.

Dentre as variáveis legais que mais se distanciam dos objetivos preconizados, destacam-se a implementação de políticas e ações específicas à qualificação da escolarização, a falta de condições adequadas de trabalho e os cursos de formação inicial e continuada que não contemplam conhecimentos específicos necessários à docência na socioeducação. Outros desafios que se opõem aos documentos também foram encontrados concernentes a: obrigatoriedade da atividade pedagógica, não discriminação e respeito, prevalência da dimensão educativa e a interlocução entre a escola e os agentes do sistema socioeducativo.

As prerrogativas do campo legal que, a partir dos resultados da revisão, parecem estar mais próximas de serem contempladas são: a ideia da escolarização enquanto mecanismo de (re)inserção social, observado nos trabalhos desenvolvidos que sublinham o papel central do professor enquanto agente de transformação, como por exemplo ao discutir papéis sociais e afastar os adolescentes do estigma de infrator (Defelippe, 2022) ou ao trabalhar a alfabetização e sua importância na elaboração de projetos de vida (Hashizume & Pedrosa, 2023), além da adoção de um discurso que enxergue o potencial da socioeducação enquanto educação social emancipatória (Maluche & Barros, 2024); e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e específicas, como a partir da elaboração de um currículo adaptado ao contexto (Lago et al., 2023).

Cabe por último destacar alguns temas relativos à educação que, apesar de legalmente amparados (Brasil, 2016), foram suprimidos da comparação uma vez que não são especificamente da alçada da atuação docente investigada na presente análise: a integração de sistemas de informação e censos, expressos na retomada do Levantamento Anual após seis anos (Brasil, 2023); a oferta de cursos de educação profissional, representada pelo dado de 57,3% de adolescentes em

cumprimento de medida socioeducativa que participaram de atividades de profissionalização em 2023 (Brasil, 2023); e o acompanhamento educacional dos egressos do sistema socioeducativo, onde registrou-se programas pós-medida em 20 (74%) estados brasileiros (Brasil, 2023).

### **Considerações Finais**

Considerando os avanços legais nos cuidados à criança e ao adolescente, a persistência de problemáticas no sistema de medidas socioeducativas, e o crescimento da produção científica, o presente artigo procurou investigar a atuação docente no contexto socioeducativo a partir de revisão integrativa de literatura. Em função da lacuna de revisões de literatura nesse contexto, acredita-se que o trabalho realizado seja de extrema importância ao mapear e sistematizar variáveis envolvidas nas evidências cientificamente produzidas sobre o professor que atua na socioeducação. Foram incluídos 17 estudos, classificados em três temáticas principais sobre a atuação docente na socioeducação: formação e preparação, desafios enfrentados e estratégias e recursos relevantes.

Os resultados encontrados revelam que inúmeras problemáticas permanecem na atuação de professores na socioeducação, em especial aquelas relacionadas ao desenvolvimento de políticas específicas, às condições adequadas de trabalho e à formação inicial e continuada. Por outro lado, constatou-se trabalhos que se aproximam do princípio preconizado legalmente da educação enquanto mecanismo de (re)inserção social e no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e específicas ao contexto socioeducativo.

Com relação às limitações, a adoção do método de revisão de literatura permite compreender apenas parcialmente os trabalhos incluídos e, por conseguinte, o fenômeno investigado; além de que a opção pelo método integrativo não incluiu o acordo inter-juízes, o que pode resultar em variações dos resultados em virtude de avaliações subjetivas; também não foram considerados estudos realizados fora do Brasil, principalmente em virtude da legislação e questões próprias ao território nacional, e não foram incluídos trabalhos provenientes de livros, teses, dissertações, anais de eventos e demais meios de divulgação científica.

Recomenda-se a realização de futuros trabalhos que investiguem a atuação docente a partir da combinação de diferentes delineamentos metodológicos, quanti e qualitativos, de modo a incluir variáveis sociais, históricas, culturais, educacionais, individuais e psicológicas; e também a realização de estudos, pesquisas e intervenções que busquem a superação das dificuldades listadas e caminhem na construção de um sistema socioeducativo, eminentemente pedagógico, cada vez mais eficaz ou, idealmente, sua extinção.

### Referências

- Alberto, M. F. P., Pessoa, M. C. B., Costa, C. S. S., Silva, E. B. F. L., & Amorim, T. R. S. (2021). Construção de projeto de vida de jovens: desafios para atuação profissional no contexto da socioeducação. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 14(1), 1-23. <http://dx.doi.org/10.36298/gerais202114e15640>
- Arruda, J. S., & Figueiredo, O. V. A. (2018). Breves considerações sobre medida socioeducativa e formação de professores. *Rev. ComCiência*, 3(3), 68-76. <https://doi.org/10.36112/issn2595-1890.v3i1.p68-76>
- Bisinoto, C. (2022). Formação docente e socioeducação: uma relação invisibilizada. *Em Aberto*, 35(115), 125-142. <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.35i115.5363>
- Bonato, V. P., & Fonseca, D. C. (2020). Socioeducação: entre a sanção e a proteção. *Educação em Revista*, 36, 1-17. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698228986>
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).
- Brasil. (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990*. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)
- Brasil. (2012). *Lei nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012*. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm)

- Brasil. Conselho Nacional de Justiça. (2019). *Reentradas e reinterações infracionais: um olhar sobre os sistemas socioeducativo e prisional brasileiros*.  
<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/Panorama-das-Reentradas-no-Sistema-Socioeducativo.pdf>
- Brasil. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2006). *Resolução nº 119, de 11 de Dezembro de 2006*.
- Brasil. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. (2023). *SINASE Levantamento anual*.  
<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoSINASE2023.pdf>
- Brasil. Ministério da Educação. (2016). *Resolução nº 3, de 12 de Maio de 2016*.  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=41061-rceb003-16-pdf&category\\_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41061-rceb003-16-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192)
- Brasil. Secretaria de Direitos Humanos. (2015). *Portaria nº 4, de 9 de Janeiro de 2014*.  
<http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/destaques/Portaria%20de%20Instituic%CC%A7a%CC%83o%20da%20ENS.pdf>
- Broome, M. E. (2000). Integrative literature reviews for the development of concepts. In Rodgers, B. L. & Knafl, K. A. (orgs.), *Concept Development in Nursing* (231-250), 2nd ed. W.B. Saunders Company.
- Cella, S. M., & Camargo, D. M. P. (2009). Trabalho pedagógico com adolescentes em conflito com a lei: feições da exclusão/inclusão. *Educ. Soc.*, 30(106), 281-299.  
<https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000100014>
- Conceição, W. L. (2020). Histórias de vidas de professores/as e o fazer docente na socioeducação. *Revista Prática Docente*, 5(2), 1395-1409.  
<https://doi.org/10.23926/RPD.2526-2149.2020.v5.n2.p1395-1409.id790>

- Cunha, G. G., Oliveira, M. C. S. L., & Branco, A. U. (2020). Universo afetivo-semiótico de adolescentes em medida socioeducativa de internação. *Educ. Pesqui.*, 46, 1-20. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046220197>
- Cunha, E. O., & Dazzani, M. V. M. (2016). A escola e o adolescente em conflito com a lei: desvelando as tramas de uma difícil relação. *Educação em Revista*, 32(1), 235-259. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698144008>
- Defelippe, E. (2022). Uma educadora e seus (sócio)educandos: autobiografias e múltiplas identidades no ensino de história. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, 7(21), 389-409. <https://dx.doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.2022.v7.n21.p389-409>
- Furtado, A. O., & Paixão, E. S. B. (2020). A educação escolar como um direito e as medidas socioeducativas de internação: o sujeito de direitos entre dilemas no ambiente escolar. *Dialogia*, 35, 163-181. <https://doi.org/10.5585/dialogia.n35.16932>
- Hashizume, C. M., & Pedrosa, A. G. (2023). Professores e formação de jovens em cumprimento de medida socioeducativa: alfabetização, projeto de vida e protagonismo jovem. *Cadernos de Pós-graduação*, 22(1), 90-102. <https://doi.org/10.5585/cpg.v22n1.23023>
- Komatsu, A. V., Bono, E. L., & Bazon, M. R. (2021). Padrões de uso de drogas e problemas associados em adolescentes judicializados. *Psico USF*, 26(2), 229-240. <https://doi.org/10.1590/1413-82712021260203>
- Lago, C. C., Souza, E. S., & Santos, R. R. C. (2023). Percurso educativo: inovação curricular na EJA desenvolvida na socioeducação. *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, 16(8), 11586-11601. <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.8-149>
- Maluche, M. L. G. P., & Barros, S. M. (2024). Aprendizagem docente em reuniões de estudo de uma comunidade escolar socioeducativa. *Revista Caderno Pedagógico*, 21(4), 01-25. <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n4-017>
- Marins, J., Catozzi, C., Sayegh, F., & Bariani, I. C. D. (2005). O professor e o aluno em liberdade assistida: um estudo exploratório. *Psicologia Escolar e Educacional*, 9(1), 117-125.

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572005000100011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572005000100011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)

- Morais, J. B. T., & Ferreira, M. D. M. (2019). Os desafios na escolarização de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida. *Revista de Políticas Públicas*, 23(2), 621-639. <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/13077>
- Moreira, J. O., Melgaço, P., Albuquerque, B. S., Rocha, B. F., & Ribeiro, A. C. F. (2015). A escola e a semiliberdade: a importância do diálogo. *Psicologia em Revista*, 21(1), 50-65. <https://doi.org/DOI-10.5752/P.1678-9523.2015V21N1P50>
- Nunes, M. A. A., & Moura, M. G. C. (2019). Pesquisa-formação: diáde que permeia a docência em contexto socioeducativo. *Rev. bras. Estud. pedagog.*, 100(254), 211-229. <http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.100i254.4037>
- Olic, M. B. (2017). Arrastão ou lagarteador? Dinâmicas em torno da prática docente na Fundação CASA. *Educ. Pesqui.*, 43(2), 357-377. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022016133882>
- Padovani, A. S., & Ristum, M. (2013). A escola como caminho socioeducativo para adolescentes privados de liberdade. *Educ. Pesqui.*, 39(4), 969-984. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013005000012>
- Page, M. J. et al. (2021). The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, 372(71). <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>
- Pereira, A. M. R., Silva, C. P., & Caliman, G. (2019). Prática docente na socioeducação: análise das competências sob a ótica docente. *Rev. Educ.*, 160, 83-109. <https://pedagogiasocial.net/wp-content/uploads/2020/08/pereira-silva-caliman-2019-pratica-docente-na-socioeducacao.pdf>
- Pereira, G., & Ortigão, M. I. R. (2016). Pesquisa quantitativa em educação: algumas considerações. *Periferia*, 8(1), 66-79. <https://www.redalyc.org/journal/5521/552157170005/552157170005.pdf>

- Ribeiro, A. A. M., & Miranda, H. S. (2023). Para além das grades: o que precisa saber um professor de história na socioeducação? *Vozes, Pretérito & Devir*, 16(1), 264-284. <http://revistavozes.uespi.br/index.php/revistavozes/article/view/481/423>
- Ribeiro, O. M. (2000). Por que investir em pesquisa qualitativa? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 81(197), 109-115. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.81i197.961>
- Robert, C., Stefanello, S., Silva, M. Z., Ditterich, R. G., & Santos, D. V. D. (2022). “A gente fica institucionalizado também!”: cotidiano, saúde mental e processos de trabalho na percepção das equipes de unidades socioeducativas. *Interface (Botucatu)*, 26, 1-16. <https://doi.org/10.1590/interface.210290>
- Rocha, W. S., Silva, I. R., & Costa, C. R. B. S. F. (2010). A percepção dos educadores sobre sua formação acadêmica e preparação profissional para o trabalho com adolescentes em Conflito com a lei. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 5(2). [https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapi/volume5\\_n2/Rocha\\_et\\_al.pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapi/volume5_n2/Rocha_et_al.pdf)
- Rodrigues, A. S. P., Sachinski, G. P., & Martins, P. L. O. (2022). Contribuições da revisão integrativa para a pesquisa qualitativa em Educação. *Linhas Críticas*, 28, e40627. <https://doi.org/10.26512/lc28202240627>
- Schneegans, S., Lewis, J.; Straza, T. (Eds.). (2021). *Relatório de Ciências da UNESCO: A corrida contra o tempo por um desenvolvimento mais inteligente – Resumo executivo*. Paris: UNESCO Publishing.
- Seabra, R. C. F. F., & Oliveira, M. C. S. L. (2017). Adolescentes em atendimento socioeducativo e escolarização: desafios apontados por orientadores educacionais. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21(3), 639-647. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2017/0213111144>
- Silva, J. B., Uziel, A. P., & Hernández, J. G. (2023). O acontecimento-covid e as dobras cuidado e segurança: Desafios para a socioeducação. *Rev. Estud. Conflito Controle Soc.*, 16(2), 1-19. <https://doi.org/10.4322/dilemas.v16.53974>

- Souza, C. M., & Onofre, E. M. C. (2019). Desafios de uma professora de educação física na medida socioeducativa de internação. *Reflexão e Ação*, 27(2), 166-181. <https://doi.org/10.17058/rea.v27i2.12620>
- Souza, M. T., Silva, M. D., & Carvalho, R. (2010). Integrative review: what is it? How to do it?. *Einstein*, 8(1). <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>
- Whittemore, R., & Knafl, K. (2005). The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing* 52(5), 546-553. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x>
- Zanette, M. S. (2017). Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil. *Educar em Revista*, (65), 149-166. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.47454>

## ESTUDO 2

A docência no contexto de medida socioeducativa de internação na Fundação CASA<sup>4</sup>

### Resumo

A aplicação de medidas socioeducativas pressupõe uma noção eminentemente pedagógica. Permanecem, entretanto, inúmeras problemáticas que afastam o adolescente envolvido em atos infracionais da escola. Considerando a importância do processo de escolarização, a centralidade do papel do professor e sua posição enquanto agente de transformação social, buscou-se investigar a atuação docente no contexto da medida de internação no estado de São Paulo. Participaram 19 docentes de três unidades da Fundação CASA do interior paulista, que responderam a um questionário quanti-qualitativo de forma online. Os resultados revelam problemáticas relacionadas ao despreparo prévio para o trabalho, necessidade de adaptação constante, desmotivação e desinteresse dos adolescentes, distorção idade-série, limitações de alguns materiais e, principalmente, a falta de consenso a respeito da principal função da medida socioeducativa, que muitas vezes mantém a educação em segundo plano. Por outro lado, a maioria dos participantes acredita ser possível o funcionamento da escola no contexto de privação de liberdade e encontram-se satisfeitos com o trabalho realizado, apontando seu papel central para a (re)inserção social dos adolescentes.

**Palavras-chave:** docência; medidas socioeducativas; privação de liberdade

---

<sup>4</sup> Estudo submetido ao periódico Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas) em Janeiro/2025.

## Introdução

A história do Brasil apresenta mudanças significativas nos cuidados à criança e ao adolescente, passando de uma visão de insignificância ao reconhecimento da subjetividade jurídica (Lima et al., 2017). Atualmente, ampara-se legalmente no paradigma de proteção integral, que considera a criança e o adolescente enquanto pessoas em desenvolvimento, sendo assegurados direitos e garantias fundamentais com absoluta prioridade e sem discriminação ou distinção (Brasil, 1990).

A mudança paradigmática, fundamentada na proteção integral, pôde ser observada em documentação específica prevista ao adolescente que pratique atos contrários à legislação penal, como crimes ou contravenções (Brasil, 1990). Devem-se proceder medidas socioeducativas, orientadas pelos objetivos de responsabilização, integração social e desaprovação da conduta infracional, de forma a garantir a defesa e promoção dos direitos do adolescente e direcioná-lo em uma noção pedagógica primordial (Brasil, 2012).

As medidas socioeducativas mais severas, dispostas nos Artigos 120 e 121 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são o regime de semiliberdade e de internação. Geralmente associadas, envolvem restrição ou privação de liberdade, e devem ser aplicadas considerando os princípios de excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Assim, é dever do estado assegurar ao adolescente o acesso a direitos fundamentais, como higiene e salubridade, escolarização e profissionalização, além de atividades culturais, esportivas e de lazer (Brasil, 1990).

No estado de São Paulo, desde 2007, a instituição responsável pela aplicação das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação é a Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA), criada com o objetivo de substituir o antigo modelo da FEBEM a partir de uma nova imagem, rebatizada e desvinculada do histórico negativo construído pela instituição anterior (Olic, 2013). A principal mudança do novo modelo foi a descentralização, permitindo ao adolescente estar próximo de sua família e comunidade, o que impactou na redução

do número de jovens por centro e superpopulação, nas taxas de incidência e ocorrência de rebeliões (São Paulo, n.d.).

Os jovens privados ou restritos de liberdade apenas no estado de São Paulo representam cerca de 40% de todo o país (Brasil, 2023). No dia 02/08/2024 foram registrados 4451 adolescentes em atendimento pela Fundação CASA, sendo um público majoritariamente masculino (95,57%), pardos ou pretos (70,5%), com idades entre 15 a 17 anos (71,54%). Os principais atos infracionais registrados são tráfico de drogas (39,63%) e roubo qualificado (35,25%). Os jovens estão alocados em 97 CASAs, distribuídos em 41 municípios do estado, cuja taxa de ocupação atualmente é de 76% (São Paulo, 2024a).

Os dados do público atendido pela Fundação CASA revelam um perfil por si só problemático e representa divergências com o paradigma de proteção integral: a população do estado de São Paulo concentra cerca de 22% da população do país (Brasil, 2022), mas 40% dos jovens em privação ou restrição de liberdade (Brasil, 2023), ao passo que a população negra no estado compreende 41% (Brasil, 2022), mas são 70,5% pardos ou pretos em privação ou restrição de liberdade (São Paulo, 2024a), enquanto no caso do gênero, homens são 48% na contagem estadual (Brasil, 2022), mas mais de 95% do público da Fundação CASA (São Paulo, 2024a).

O sistema socioeducativo conta ainda com inúmeras outras problemáticas em todo o país, como a permanência de maus tratos e tortura, pouca evolução educacional dos adolescentes e condições precárias de trabalho (Brasil, 2023), dados significativos de reincidência (Brasil, 2019), sofrimento mental (Robert et al., 2022), abuso de substâncias (Komatsu et al., 2021), prevalência de medidas mais punitivas que protetivas (Bonatto & Fonseca, 2020) e impactos decorrentes da pandemia de Covid-19 (Brasil, 2023; Silva et al., 2023).

Considerando a noção pedagógica da medida socioeducativa preconizada por lei (Brasil, 1990; 2006; 2012), a escolarização desempenha papel fundamental na reinserção social, na construção de projetos de vida e na garantia de direitos (Brasil, 2016), configurando-se enquanto grande aliada na superação de problemáticas relativas ao sistema socioeducativo. No estado de São

Paulo, o adolescente em semiliberdade deve ser provido do atendimento escolar já existente na comunidade, enquanto na internação há a organização de um corpo de atividades no interior dos próprios CASAs (São Paulo, 2023) a partir de parceria com a Secretaria Estadual de Educação (SEE), que vincula uma escola da rede, cujo dever é administrar o funcionamento educacional (corpo docente, classes, matrículas, conclusões) (São Paulo, 2017).

A educação no contexto da internação implica uma contradição: por um lado, cria-se um questionamento a respeito das reais possibilidades de se educar para cidadania sujeitos em situação de privação de liberdade, por outro permite o rompimento de alguns paradigmas comumente colocados, como a articulação entre educação formal e não-formal, cujo contexto de uma escola integral permite associar diferentes formas de conhecimento no processo educativo (São Paulo, 2023). Neste cerne, exige-se do educador uma atuação que vai muito além do trabalho educativo desenvolvido diretamente com os adolescentes, sendo também necessária articulação com as famílias, comunidade local e toda rede socioassistencial (São Paulo, 2023).

Em um complexo quadro histórico de inamistosidade entre escola e adolescente no contexto socioeducativo (Cunha & Dazzani, 2016), o professor desempenha um papel central na (re)inserção e transformação social, uma vez que é alguém em quem os jovens podem estabelecer uma relação de confiança, auxiliando-os na formação enquanto sujeitos ativos e conscientes, protagonistas de sua própria história (Hashizume & Pedrosa, 2023), fornecendo uma oportunidade que os adolescentes, marcados pela vulnerabilidade e estigma, podem nunca ter tido (Francisco & Onofre, 2016).

A docência na Fundação CASA conta com aspectos particulares que favorecem o processo educativo, como o número reduzido de alunos em sala, a relação de confiança entre professor e aluno e a segurança (Conceição, 2020); por outro, ainda é fruto de diversas problemáticas: limitações nos cursos de formação e políticas públicas, resultando em despreparo e falta de conhecimentos específicos ao contexto (Arruda & Figueiredo; 2018; Bisinoto, 2022), necessidade constante de reorganização e inferiorização da prática escolar em detrimento das ações de segurança

(Souza & Onofre, 2019), exclusão e preconceito pelos pares atuantes na escola regular (Cella & Camargo, 2009), persistência da submissão escolar à lógica punitiva (Penna et al., 2021), e a posição delicada que ocupa entre aproximar-se dos jovens ou passar a atuar totalmente de acordo com suas vontades (Olic, 2017).

Considerando a importância do processo de escolarização no contexto de medidas socioeducativas, a centralidade do papel do professor e sua posição enquanto agente de transformação social, o presente trabalho buscou investigar a atuação docente no contexto da medida de internação no estado de São Paulo, a partir das impressões de professores da Fundação CASA sobre a instituição, os alunos e o ensino, considerando lacunas na literatura sobre a docência na socioeducação a partir de delineamentos quanti-qualitativos.

### **Método**

Delineamento quanti-qualitativo, descritivo e transversal, com amostra por conveniência. Submetido ao comitê de ética da Universidade Federal de São Carlos e aprovado sob Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 75773423.2.0000.5504, com Parecer nº 6.755.135.

### **Procedimentos**

Inicialmente foi contatada, via e-mail, a Universidade Corporativa da Fundação CASA (UNICASA), responsável pelo gerenciamento de pesquisas no âmbito da instituição. Pela investigação estar relacionada especificamente aos docentes, foi informado que o contato deveria ser realizado diretamente com as escolas vinculadoras responsáveis. Para tanto, mapeou-se, a partir de relatório do dia 08/04/2024 da Assessoria de Inteligência Organizacional da Fundação CASA (São Paulo, 2024b), os CASAs responsáveis pela medida socioeducativa de internação em funcionamento em todo o estado de São Paulo, resultando em 83 unidades. Empregou-se então uma busca nos endereços eletrônicos da Fundação CASA e respectivos municípios sobre quais seriam as escolas responsáveis por cada uma das unidades. Foram localizadas 21 escolas, responsáveis por 26

CASAs em 18 cidades diferentes.

As 21 escolas foram contatadas via e-mail, obtido a partir de consulta no endereço eletrônico da Secretaria Estadual de Educação. Em 11 casos, foi possível o contato também via ligação telefônica. Em ambas as modalidades buscou-se explicar os objetivos da presente pesquisa aos responsáveis pela coordenação ou direção, solicitando a esses que divulgassem um questionário, a ser respondido Online, aos docentes em atuação nas unidades da Fundação CASA. O período de divulgação e coleta de dados compreendeu os meses de Maio a Julho de 2024.

### **Instrumentos**

A partir de revisão bibliográfica e documental sobre os principais avanços e desafios do trabalho docente na socioeducação, foi elaborado um questionário<sup>5</sup>, aplicado online via Formulários Google, relativo às principais impressões dos participantes sobre a Fundação CASA, os estudantes e o ensino. O instrumento foi dividido em cinco etapas:

*Etapa 1* - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: descrição breve da pesquisa, seus objetivos, importância, benefícios, prejuízos e parecer no Comitê de Ética. As etapas subsequentes são liberadas apenas após o participante marcar a caixa “Li e concordo em participar da pesquisa”.

*Etapa 2* - Descrição geral e profissional: questões sociodemográficas (idade, gênero, cor/raça/etnia) e profissionais (em qual cidade trabalha, quais aulas leciona, formação acadêmica, outras atuações profissionais, tempo de trabalho e público atendido).

*Etapa 3* - Impressões sobre a instituição: 7 questões a serem respondidas em escala Likert de concordância de 5 pontos relacionadas aos conhecimentos e expectativas prévias sobre a Fundação CASA, à sua principal função e aos benefícios do trabalho nesse contexto; uma questão aberta sobre a experiência em trabalhar na instituição, maiores desafios e motivações.

*Etapa 4* - Impressões sobre os alunos: 5 questões a serem respondidas em escala Likert de concordância de 5 pontos relacionadas ao primeiro contato com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, aos benefícios do trabalho com esse público, ao envolvimento,

---

<sup>5</sup> O instrumento pode ser conferido nos Anexos A e B

participação e interesse dos alunos e aos conhecimentos demonstrados; uma questão aberta sobre as impressões e relações com os estudantes.

*Etapa 5* - Impressões sobre o ensino: 8 questões a serem respondidas em escala Likert de concordância de 5 pontos relacionadas ao funcionamento da escola dentro da Fundação CASA, à formação acadêmica, aos recursos da instituição, à estruturação de aulas e avaliações, aos documentos legais e à satisfação com o trabalho realizado; uma questão aberta sobre a estruturação do ensino na instituição, aspectos positivos e negativos.

A escala Likert, originalmente criada para ser uma ferramenta mais objetiva e eficaz na mensuração de atitudes (Likert, 1932), é atualmente um dos instrumentos psicométricos mais utilizados no mundo, especialmente em pesquisas nas áreas das ciências educacionais e sociais (Joshi et al., 2015). O padrão de 5 itens foi mantido por ser considerado o mais preciso (Simms et al., 2019) e foi composto pelos seguintes pontos de ancoragem: 1) discordo totalmente, 2) discordo, 3) não estou decidido, 4) concordo e 5) concordo totalmente.

A adoção da escala Likert busca sanar a incipiência na literatura da investigação do trabalho docente em contexto de medidas socioeducativas a partir de delineamentos quantitativos, principalmente ao considerar a importância da integração de diferentes instrumentos na compreensão dos fenômenos pedagógicos investigados e o crescimento de dados quantificáveis nas políticas educacionais (Pereira & Ortigão, 2016). O campo para comentários inserido ao final das *Etapas 3, 4 e 5* complementa o delineamento ao permitir o acréscimo, pelos participantes, de informações qualitativas relevantes, impossíveis de serem expressas nas respostas em escala Likert.

## **Participantes**

Responderam ao questionário 20 professores, sendo removidos os dados de um participante em virtude de resposta estereotipada (Pasquali, 1997), resultando em uma amostra de 19 docentes, com idades entre 27 a 67 anos ( $M = 47$ ,  $DP = 11,8$ ), 57,9% ( $n = 11$ ) do gênero feminino, 89,5% ( $n = 17$ ) autodeclararam brancos e 10,5% ( $n = 2$ ) pretos, atuantes em CASAs de três cidades do interior

do estado de São Paulo.

### **Análise de dados**

Os dados quantitativos (respostas à escala Likert) foram inicialmente codificados em planilha de dados no programa Microsoft Excel, seguidos da elaboração de estatísticas descritivas no Software JASP (v. 0.18.1), os resultados foram analisados a partir das medidas de tendência central e qualitativamente. Os dados qualitativos (perguntas abertas) foram divididos em blocos de temas principais, relacionados aos resultados quantitativos, discutindo-se as respostas consideradas mais relevantes aos temas investigados.

### **Resultados<sup>6</sup>**

Com relação à formação acadêmica, 94,7% ( $n = 18$ ) dos participantes possuem licenciatura, sendo 89,5% ( $n = 17$ ) na área que leciona e um em área diferente, e um docente trabalha a partir de formação apenas em bacharelado. No tocante à área de ensino, 31,6% ( $n = 6$ ) lecionam na área de Ciências Biológicas, 31,6% ( $n = 6$ ) em Ciências Exatas, 26,3% em Ciências Humanas ( $n = 5$ ), 15,8% ( $n = 3$ ) em Linguagens e 26,3% ( $n = 5$ ) ministram também disciplinas eletivas, sendo História e Ciências as disciplinas com maior quantidade de professores participantes (21,1%,  $n = 4$ ); dois participantes não responderam a questão. Sobre a atuação profissional, 63,2% ( $n = 12$ ) dedicam-se integralmente à docência na Fundação CASA, enquanto 21,1% ( $n = 4$ ) trabalham também em outras escolas e 15,8% ( $n = 3$ ) em outras profissões. O tempo de atuação na Fundação CASA mais registrado foi entre 1 a 5 anos (52,6%,  $n = 10$ ), seguido por 5 a 10 anos (21%,  $n = 4$ ) e mais de 10 anos (15,8%,  $n = 3$ ), apenas dois (10,5%) participantes atuam há menos de um ano, tendo iniciado o trabalho em 2024.

A Tabela 1 apresenta as impressões dos participantes sobre a Fundação CASA [Etapa 3]. A questão 1 [Q1] foi a única em todo o questionário com 100% de respostas convergentes, indicando que todos os docentes escolheram trabalhar na instituição. A afirmação sobre já ter estado em uma

---

<sup>6</sup> Considerando a heterogeneidade do instrumento e dos participantes, os resultados apresentados estão organizados priorizando medidas de tendência central de toda a amostra. Conferir o Anexo C para maior análise.

Fundação CASA antes de iniciar o trabalho foi a com maior número de discordância [Q2] ( $M = 1,47$ ,  $DP = 1,07$ ), seguida pelo desconhecimento da instituição [Q3] ( $M = 2,21$ ,  $DP = 1,23$ ). Houve grande divergência em considerar a principal função da internação enquanto pedagógica, sendo que no geral os participantes não encontram se decididos [Q5] ( $M = 3,47$ ,  $DP = 1,12$ ,  $Mín = 1$ ,  $Máx = 5$ ).

**Tabela 1** Impressões sobre a Fundação CASA

		Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
1	Lecionar na FC foi uma escolha minha	5	5	0	5	5
2	Já havia estado em uma FC antes de iniciar o trabalho	1,47	1	1,07	1	5
3	Conhecia o funcionamento da FC antes de iniciar o trabalho	2,21	3	1,23	1	4
4	As ideias que tinha sobre a FC se concretizaram após iniciar o trabalho	3,58	4	0,9	2	5
5	Acredito que a principal função da FC seja pedagógica	3,47	3	1,12	1	5
6	Ao saber que iria trabalhar na FC, fiquei empolgado ou motivado	4,63	5	0,6	3	5
7	Trabalhar na FC me faz bem	4,21	5	1,08	1	5

*Nota.* FC = Fundação CASA. Valores em escala Likert de 5 pontos, compreendidos entre 1) Discordo totalmente e 5) Concordo totalmente

A Tabela 2 apresenta as impressões dos participantes sobre seus alunos [Etapa 4]. A maior discordância com relação à afirmação proposta foi sobre ter tido contato com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas antes de lecionar na Fundação CASA [Q8] ( $M = 1,47$ ,  $DP = 1,12$ ), enquanto a maior concordância foi sobre gostar de seus estudantes [Q9] ( $M = 4,68$ ,  $DP = 0,58$ ). Os docentes também demonstram discordar que os alunos possuem conhecimentos esperados para sua idade ou ano escolar ( $M = 2,26$ ,  $DP = 0,87$ ) e não estão decididos sobre o interesse desses pelo estudo [Q12] ( $M = 2,79$ ,  $DP = 0,86$ ).

**Tabela 2** Impressões sobre os alunos

		Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
8	Já havia tido contato com adolescentes em cumprimento de MS antes de trabalhar na FC	1,47	1	1,12	1	5
9	Gosto de trabalhar com adolescentes em cumprimento de MS	4,68	5	0,58	3	5
10	Os alunos se envolvem e participam das atividades propostas	3,84	4	0,96	1	5
11	Os alunos demonstram conhecimentos esperados para sua idade ou ano escolar	2,26	2	0,87	1	4
12	Os alunos têm interesse em estudar	2,79	3	0,86	1	4

*Nota.* FC = Fundação CASA, MS = medidas socioeducativas. Valores em escala Likert de 5 pontos, compreendidos entre 1) Discordo totalmente e 5) Concordo totalmente. A Q8 e seus escores foram invertidos visando padronização, a questão original apresentada foi “Meu primeiro contato com adolescentes em cumprimento de MS foi na FC”

A Tabela 3 apresenta as impressões dos participantes sobre o ensino [Etapa 5]. Há grande divergência sobre as percepções a respeito dos preparos da formação acadêmica para o trabalho na Fundação CASA [Q13] ( $M = 3,9$ ,  $DP = 1,24$ ,  $Min = 1$ ,  $Máx = 5$ ) e na disponibilidade de recursos [Q19] ( $M = 3,84$ ;  $DP = 1,02$ ), mas no geral convergem em se sentirem satisfeitos com o trabalho realizado [Q20] ( $M = 4,68$ ,  $DP = 0,48$ ). Os participantes conhecem os documentos legais relacionados às medidas socioeducativas [Q17] ( $M = 4,32$ ,  $Md = 5$ ,  $DP = 1,16$ ), enquanto uma proporção menor orienta sua atuação por eles [Q18] ( $M = 4,05$ ,  $Md = 4$ ,  $DP = 1,11$ ).

**Tabela 3** Impressões sobre o ensino

		Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
13	Minha formação acadêmica me preparou para atuar na FC	3,9	4	1,24	1	5
14	Acredito que seja possível o funcionamento da escola dentro da FC	4,74	5	0,73	2	5
15	A instituição possui local e materiais adequados para lecionar	3,74	4	1,05	1	5
16	É possível estruturar aulas e avaliações efetivas e eficazes	3,84	4	0,96	2	5

17	Conheço os documentos que orientam o trabalho no contexto das MS	4,32	5	1,16	1	5
18	Oriento meu trabalho a partir dos documentos direcionados ao contexto das MS	4,05	4	1,18	1	5
19	Acredito possuir todos os recursos necessários para desempenhar um bom trabalho	3,84	4	1,02	1	5
20	Sinto que dou conta de realizar um bom trabalho	4,68	5	0,48	4	5

*Nota.* FC = Fundação CASA, MS = medidas socioeducativas. Valores em escala Likert de 5 pontos, compreendidos entre 1) Discordo totalmente e 5) Concordo totalmente

Com relação aos dados textuais, 68,4% ( $n = 13$ ) dos participantes responderam pelo menos uma das questões qualitativas, totalizando 35 segmentos de texto, sendo 13 respostas à primeira pergunta aberta, 12 à segunda e 10 à terceira. Na Tabela 4 estão dispostas as categorias principais das respostas dos participantes. Entre os desafios mais apontados estão dificuldades na concretização do trabalho docente em função de: limitações da instituição e/ou seu funcionamento ( $n = 5$ ) e de dificuldades dos estudantes ( $n = 8$ ). O relato que mais vezes se repetiu está relacionado às motivações para atuação ( $n = 12$ ); e outras potencialidades registradas relacionam-se à satisfação ( $n = 8$ ) e ao apontamento das qualidades da estrutura pedagógica da instituição ( $n = 5$ ). Alguns relatos dos participantes estão inseridos na discussão, de modo a dialogar com os demais dados apresentados.

**Tabela 4** Classificação dos dados textuais

Categoria		Participantes
Desafios	Dificuldades relacionadas a limitações da instituição e/ou de seu funcionamento	P4, P8, P11, P15, P20
	Dificuldades relacionadas aos adolescentes	P2, P3, P4, P7, P12, P14, P18, P20
Potencialidades	Satisfação com o trabalho	P2, P3, P7, P8, P11, P14, P15, P19
	Potencialidades e/ou motivações para o trabalho	P2, P3, P4, P6, P7, P11, P12, P14, P15, P18, P19, P20
	Qualidades da estrutura pedagógica da instituição	P4, P6, P7, P8, P18

*Nota.* P = Participante

## Discussão

As impressões dos participantes revelam ser uma escolha própria trabalhar na Fundação CASA e demonstram grande motivação em lecionar na instituição, mesmo sem ter estado nela antes e desconhecendo seu funcionamento e público-alvo. Considerando se tratar de uma amostra composta por cerca de 95% de docentes que cursaram licenciatura e que a maioria afirma ter recebido preparo suficiente em sua formação acadêmica, essa divergência entre conhecimentos teóricos e a prática parece resultar em mudanças de expectativas após o início do trabalho, como no relato do Participante 4 (P4):

*A princípio (...) minha expectativa era poder levar aos alunos perspectivas humanistas e críticas da sociologia, história e filosofia. Conforme fui me adaptando, fui compreendendo as limitações impostas pela instituição (P4)*

Evidencia-se uma compreensão do funcionamento da instituição que é fruto da atuação profissional, o que vai ao encontro de estudos desenvolvidos em outros estados brasileiros que consideram a importância da articulação entre teoria e prática (Nunes & Moura 2019) e a mobilização de um saber próprio advindo da experiência (Ribeiro & Miranda, 2023). Em contrapartida, mesmo que os docentes sinalizem ter recebido preparo suficiente em sua formação acadêmica, o desconhecimento prévio sobre a instituição parece ser influência de uma formação inicial que muitas vezes não contempla conhecimentos específicos ao contexto particular do sistema socioeducativo (Arruda & Figueiredo, 2018; Bisinoto, 2022).

As impressões dos participantes sobre seus estudantes revelam os principais desafios encontrados no presente estudo a respeito da atuação docente na socioeducação. Segundo os professores, muitos alunos estão em grande defasagem escolar, não demonstram interesse em estudar, e alguns não se envolvem ou participam das atividades propostas:

*Os meninos são desprovidos de conhecimentos básicos pedagógicos e muitas vezes de mundo (P2)*

*O seu histórico de marginalização contribui para o desinteresse geral sobre os*

*conteúdos e a forma que são abordados (P4)*

Tratando-se de um público majoritariamente composto por homens pretos, provenientes de periferias ou centros urbanos, de baixa renda familiar e envolvidos em atos infracionais relacionados à obtenção de patrimônio (Brasil, 2023; São Paulo, 2024a), os adolescentes encontram-se em um cenário de inamistividade com a escola, uma vez que essa se configurou historicamente como um privilégio de classes abastadas (Cunha & Dazzani, 2016). Assim, quando o jovem manifesta interesse pelo estudo, muitas vezes está apenas associado em cumprir as metas estabelecidas pelo seu Plano Individual de Atendimento (PIA) e se aproximar do fim da internação:

*A grande maioria sabe que atividade realizada em aula auxilia na medida socioeducativa e por isso realizam (P11)*

A educação é garantida, mas apenas sua oferta não garante que seja efetivada. Os próprios docentes não se encontram decididos sobre a principal função da instituição de privação de liberdade, o que contribui para um distanciamento entre o preconizado legalmente da prevalência da dimensão pedagógica e a escolarização enquanto estratégia de inserção social (Brasil, 2016) e o observado na prática, onde se constata barreiras que impedem aproximar o adolescente da escola:

*O principal conflito é entre uma proposta escolar humanista e sensível e uma instituição de detenção que reproduz a violência institucional contra jovens pobres e marginalizados (P4)*

O cenário de conflitos é observado também nas impressões dos docentes sobre o ensino. Se por um lado consideram possível o funcionamento da escola dentro da Fundação CASA, por outro divergem nas afirmações sobre a estrutura, disponibilidade de materiais e local adequado. Além da variação observada nos resultados das respostas à escala Likert, registrou-se também uma multiplicidade de discursos:

*Nada a relatar sobre a estrutura, que é muito boa (P6)*

*As limitações da entradas de alguns materiais por razões óbvias, tornam deficitária o aperfeiçoamento e aprimoramento de técnicas pedagógicas importantes (P8)*

Enquanto alguns docentes consideram possuir toda a estrutura necessária para a realização de um bom trabalho, outros sinalizam diversos obstáculos à concretização da oferta de um ensino de qualidade: violência física e psicológica entre internos e entre profissionais e internos (P4), choque de realidades muito distintas entre professor e aluno (P4), conjunto de ações da rede de apoio não acompanha o pedagógico (P8), grande rotatividade de adolescentes (P15) e falta de permissão para utilização de recursos tecnológicos que o estado dispõe (P20).

Com relação às diretrizes legais, constatou-se uma porcentagem menor de respostas que indicam orientar seu trabalho pelos documentos quando comparadas àquelas relativas a conhecê-los. Essa dissidência parece encontrar amparo no fato de que a política educacional, mesmo que influencie, não propriamente orienta o trabalho pedagógico, uma vez que visa mais a eficiência e otimização de recursos do que o desenvolvimento de processos educativos específicos ao contexto (Penna et al., 2021).

Em suma, os resultados do presente estudo apontam diversos obstáculos à concretização do trabalho docente no contexto socioeducativo. Corroboram-se problemáticas apontadas na literatura, como falta de preparo docente adequado para atuação na socioeducação (Cella & Camargo, 2009; Rocha et al., 2010; Pereira et al., 2019; Furtado & Paixão, 2020), limitações da formação inicial e continuada (Arruda & Figueiredo, 2018; Bisinoto, 2022), pouca evolução educacional dos adolescentes (Brasil, 2023), defasagem escolar, uso restrito de materiais e rotatividade de alunos (Conceição, 2020), inferiorização da prática escolar em detrimento das ações de segurança (Souza & Onofre, 2019) e limitação de orientações específicas ao contexto pedagógico (Penna et al., 2021).

Diante das dificuldades listadas, cabe mais uma vez indagar: se educar pressupõe liberdade, como educar em um contexto em que a liberdade, direito básico e fundamental, está privada? (São Paulo, 2023). É neste cenário contraditório que o educador ocupa papel central, como no afastamento da noção do estigma de infrator (Defelippe, 2022), na elaboração de projetos de vida (Hashizume & Pedrosa, 2023) e na construção de uma educação emancipatória (Maluche & Barros, 2024), formando os adolescentes enquanto sujeitos críticos e conscientes da realidade, e

consequentemente prevenindo e diminuindo o ato infracional e a reincidência (Padovani & Ristum, 2013). Mesmo em um contexto de liberdade privada, a motivação dos docentes consiste em explorar o potencial que a educação pode exercer na vida dos estudantes:

*Motivação de transformar a vida dos adolescentes, mostrar um mundo desconhecido da realidade deles (P11)*

*Todos os dias tento entender as dificuldades deles, isso é um desafio, mas isso é motivador para estar lá (P12)*

*Coloco do meu dinheiro em vários materiais para que eles tenham melhor aprendizado (P19)*

Por mais que as problemáticas persistam e estejam longe de serem superadas, os docentes acreditam no potencial transformador da educação. Assim, encontram-se satisfeitos com o trabalho realizado, sendo que grande parte considera gostar da atuação no contexto da medida socioeducativa de internação e com os adolescentes privados de liberdade. Essa dimensão positiva é um relato comum:

*O resultado é muito gratificante (P2)*

*Uma grande experiência, crescimento profissional (P7)*

*Um trabalho digno e educativo (P11)*

*Desafiador e gratificante trabalhar na Fundação (P15)*

*Adoro trabalhar nessa Instituição. Trabalho com amor, ternura e dedicação! (P19)*

### **Considerações finais**

Esse trabalho buscou investigar a atuação docente no contexto da medida de internação no estado de São Paulo, a partir das impressões de professores sobre a Fundação CASA, seus alunos e as possibilidades de ensino. Considerando lacunas na literatura de delineamentos quanti-qualitativos em estudos da docência na socioeducação, buscou-se a produção de evidências sobre o trabalho docente a partir de questionário com questões quantitativas em escala Likert e qualitativas em

perguntas abertas.

Os resultados corroboram a literatura ao apontar a persistência de diversas problemáticas: desconhecimento ou despreparo prévio para o trabalho na instituição, necessidade de adaptação constante, desmotivação e desinteresse dos adolescentes, distorção idade-série, limitações de alguns materiais e, principalmente, a falta de consenso a respeito da principal função da medida socioeducativa, que mantém muitas vezes a educação em segundo plano. Em contrapartida, a maioria dos participantes acredita ser possível o funcionamento da escola na Fundação CASA, estando satisfeitos com o trabalho realizado e crendo na função central do professor para a transformação e (re)inserção social dos jovens.

Com relação às limitações, o questionário autoaplicável coleta apenas o autorrelato e pode não compreender todas as variáveis investigadas; o formato online não garante as condições ideais de participação, uma vez que não se tem controle sobre o ambiente do participante; as questões quantitativas e a análise por tendência central permitem analisar apenas parcialmente as impressões dos docentes; e participaram apenas professores de três instituições e cidades, podendo não refletir o trabalho desenvolvido em outros locais. Recomenda-se a realização de futuros estudos que permitam a coleta de dados em todo o estado a partir de múltiplos delineamentos, de modo a considerar variáveis históricas, sociais, culturais, econômicas, pessoais e psicológicas; além da realização de trabalhos intervencionais, que considerem o papel central do professor e busquem a superação das problemáticas listadas.

### Referências

- Arruda, J. S., & Figueiredo, O. V. A. (2018). Breves considerações sobre medida socioeducativa e formação de professores. *Rev. ComCiência*, 3(3), 68-76. <https://doi.org/10.36112/issn2595-1890.v3i1.p68-76>
- Bisinoto, C. (2022). Formação docente e socioeducação: uma relação invisibilizada. *Em Aberto*, 35(115), 125-142. <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.35i115.5363>

- Bonato, V. P., & Fonseca, D. C. (2020). Socioeducação: entre a sanção e a proteção. *Educação em Revista*, 36, 1-17. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698228986>
- Brasil. (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990*. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)
- Brasil. (2012). *Lei nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012*. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm)
- Brasil. Conselho Nacional de Justiça. (2019). *Reentradas e reinterações infracionais: um olhar sobre os sistemas socioeducativo e prisional brasileiros*. <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/Panorama-das-Reentradas-no-Sistema-Socioeducativo.pdf>
- Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Panorama*. <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>
- Brasil. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. (2023). *SINASE Levantamento anual*. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoSINASE2023.pdf>
- Brasil. Ministério da Educação. (2016). *Resolução Nº 3, de 12 de Maio de 2016*. [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=41061-rceb003-16-pdf&category\\_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41061-rceb003-16-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192)
- Cella, S. M., & Camargo, D. M. P. (2009). Trabalho pedagógico com adolescentes em conflito com a lei: feições da exclusão/inclusão. *Educ. Soc.*, 30(106), 281-299. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000100014>
- Conceição, W. L. (2020). Histórias de vidas de professores/as e o fazer docente na socioeducação. *Revista Prática Docente*, 5(2), 1395-1409. <https://doi.org/10.23926/RPD.2526-2149.2020.v5.n2.p1395-1409.id790>

- Cunha, E. O., & Dazzani, M. V. M. (2016). A escola e o adolescente em conflito com a lei: desvelando as tramas de uma difícil relação. *Educação em Revista*, 32(1), 235-259. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698144008>
- Defelippe, E. (2022). Uma educadora e seus (sócio)educandos: autobiografias e múltiplas identidades no ensino de história. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, 7(21), 389-409. <https://dx.doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.2022.v7.n21.p389-409>
- Francisco, J. C., & Onofre, E. M. C. (2016). Educação não escolar na Fundação CASA - SP: Jovens em situação de privação de liberdade e construção de projetos de vida. *Revista HISTEDBR On-line*, v. 15, n. 66, p. 267-277. <https://doi.org/10.20396/rho.v15i66.8643714>
- Furtado, A. O., & Paixão, E. S. B. (2020). A educação escolar como um direito e as medidas socioeducativas de internação: o sujeito de direitos entre dilemas no ambiente escolar. *Dialogia*, 35, 163-181. <https://doi.org/10.5585/dialogia.n35.16932>
- Hashizume, C. M., & Pedrosa, A. G. (2023). Professores e formação de jovens em cumprimento de medida socioeducativa: alfabetização, projeto de vida e protagonismo jovem. *Cadernos de Pós-graduação*, 22(1), 90-102. <https://doi.org/10.5585/cpg.v22n1.23023>
- Joshi, A., Kale, S., Chandel, S., & Pal, D. K. (2015). Likert scale: explored and explained. *British Journal of Applied Science & Technology*, 7(4), 396-403. <https://doi.org/10.9734/BJAST/2015/14975>
- Komatsu, A. V., Bono, E. L., & Bazon, M. R. (2021). Padrões de uso de drogas e problemas associados em adolescentes judicializados. *Psico USF*, 26(2), 229-240. <https://doi.org/10.1590/1413-82712021260203>
- Likert, R. (1932). A technique for the measurement of attitudes. *Archives of Psychology*, 22 (140), 5-55.
- Lima, R. M., Poli, L. M., & José, F. S. (2017). A Evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente: da insignificância jurídica e social ao reconhecimento de direitos e garantias fundamentais. *Rev. Bras. Polit. Públicas (Online)*, Brasília, 7(2), 313-329.

<https://doi.org/10.5102/rbpp.v7i2.4796>

Maluche, M. L. G. P., & Barros, S. M. (2024). Aprendizagem docente em reuniões de estudo de uma comunidade escolar socioeducativa. *Revista Caderno Pedagógico*, 21(4), 01-25.

<https://doi.org/10.54033/cadpedv21n4-017>

Nunes, M. A. A., & Moura, M. G. C. (2019). Pesquisa-formação: díade que permeia a docência em contexto socioeducativo. *Rev. bras. Estud. pedagog.*, 100(254), 211-229.

<http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.100i254.4037>

Olic, M. B. (2013). Entre os dispositivos e as disposições: Relações de poder em tempos de Fundação CASA. *Ponto Urbe (USP)*, 12, 1-19. <https://doi.org/10.4000/pontourbe.573>

Olic, M. B. (2017). Arrastão ou lagarteado? Dinâmicas em torno da prática docente na Fundação CASA. *Educ. Pesqui.*, 43(2), 357-377. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022016133882>

Pasquali, L. (1997). *Psicometria: teoria e aplicações*. Brasília: UNB.

Padovani, A. S., & Ristum, M. (2013). A escola como caminho socioeducativo para adolescentes privados de liberdade. *Educ. Pesqui.*, 39(4), 969-984.

<https://doi.org/10.1590/S1517-97022013005000012>

Penna, M. G. O., Bello, I. M., & Rodrigues, A. C. C. (2021). Educação em espaços de privação de liberdade no estado de São Paulo. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 15, 2021.

<https://doi.org/10.14244/198271994367>

Pereira, A. M. R., Silva, C. P., & Caliman, G. (2019). Prática docente na socioeducação: análise das competências sob a ótica docente. *Rev. Educ.*, 160, 83-109.

<https://pedagogiasocial.net/wp-content/uploads/2020/08/pereira-silva-caliman-2019-pratica-docente-na-socioeducacao.pdf>

Pereira, G., & Ortigão, M. I. R. (2016). Pesquisa quantitativa em educação: algumas considerações.

*Periferia*, 8(1), 66-79.

<https://www.redalyc.org/journal/5521/552157170005/552157170005.pdf>

- Ribeiro, A. A. M., & Miranda, H. S. (2023). Para além das grades: o que precisa saber um professor de história na socioeducação? *Vozes, Pretérito & Devir*, 16(1), 264-284.  
<http://revistavozes.uespi.br/index.php/revistavozes/article/view/481/423>
- Robert, C., Stefanello, S., Silva, M. Z., Ditterich, R. G., & Santos, D. V. D. (2022). “A gente fica institucionalizado também!”: cotidiano, saúde mental e processos de trabalho na percepção das equipes de unidades socioeducativas. *Interface (Botucatu)*, 26, 1-16.  
<https://doi.org/10.1590/interface.210290>
- Rocha, W. S., Silva, I. R., & Costa, C. R. B. S. F. (2010). A percepção dos educadores sobre sua formação acadêmica e preparação profissional para o trabalho com adolescentes em Conflito com a lei. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 5(2).  
[https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/volume5\\_n2/Rocha\\_et\\_al.pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/volume5_n2/Rocha_et_al.pdf)
- São Paulo. (2017). *Documento Orientador Conjunto SEE/CGEB e Fundação CASA N<sup>a</sup> 01*.  
[https://fundacaocasa.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/pdf\\_Documento-Orientador-1-SEE-Funda%C3%A7%C3%A3o-CASA\\_Atualizado-Agosto-2017.pdf](https://fundacaocasa.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/pdf_Documento-Orientador-1-SEE-Funda%C3%A7%C3%A3o-CASA_Atualizado-Agosto-2017.pdf)
- São Paulo. Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente. (2023). *Caderno técnico superintendência pedagógica: conceitos, diretrizes e procedimentos*.  
<https://fundacaocasa.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/01/Caderno-SUPED.pdf>
- São Paulo. Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente. (2024a). *Boletim estatístico diário da Fundação CASA/SP (Posição 02.08.2024 - 10h15)*.
- São Paulo. Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente. (2024b). *Centros de atendimento da Fundação CASA/SP (Posição 08.04.2024)*.
- São Paulo. Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente. (n.d.). *Quem Somos*.  
<https://fundacaocasa.sp.gov.br/index.php/funcoes-e-competencias/>
- Silva, J. B., Uziel, A. P., & Hernández, J. G. (2023). O acontecimento-covid e as dobras cuidado e segurança: Desafios para a socioeducação. *Rev. Estud. Conflito Controle Soc.*, 16(2), 1-19.  
<https://doi.org/10.4322/dilemas.v16.53974>

- Simms, L. J., Zelazny, K., Williams, T. F., & Bernstein, L. (2019). Does the number of response options matter? Psychometric perspectives using personality questionnaire data. *Psychol. Assess.*, 31(4), 557-566. <https://doi.org/10.1037/pas0000648>
- Souza, C. M., & Onofre, E. M. C. (2019). Desafios de uma professora de educação física na medida socioeducativa de internação. *Reflexão e Ação*, 27(2), 166-181. <https://doi.org/10.17058/rea.v27i2.12620>

## DISCUSSÃO GERAL

A sequência de apresentação proposta ao longo da dissertação visa evidenciar o percurso metodológico percorrido no desenvolvimento da pesquisa. Tomando como foco a atuação docente no sistema socioeducativo, procurou-se analisá-la considerando diversas perspectivas: 1) histórica (introdução geral), 2) bibliográfica (Estudo 1), 3) empírica (Estudo 2) e, simultaneamente em todas as etapas, questões 4) documentais (leis e documentos) e 5) estatísticas (relatório do SINASE).

Como resultado geral, os estudos convergem em apontar a existência e persistência de diversos desafios à atuação docente no contexto socioeducativo. Enquanto a revisão de literatura (Estudo 1) apresentou traços gerais que caracterizam a produção brasileira sobre a docência na socioeducação, a investigação quanti-qualitativa (Estudo 2) procurou destrinchar características específicas relativas à medida de internação no estado de São Paulo.

Considerando as impressões e relatos dos docentes do segundo estudo, foram mapeadas quatro categorias dos principais desafios enfrentados: 1) Formação e preparo para o trabalho na Fundação CASA, 2) Visão da função da medida socioeducativa, 3) Dificuldades relativas aos estudantes, e 4) Limitações de materiais importantes à atuação docente. A Tabela 1 (p. 66) apresenta essa categorização ao passo que busca sinalizar aproximações entre as dificuldades encontradas no Estudo 2, os dados da literatura obtidos no Estudo 1 e o último Relatório Anual do SINASE (Brasil, 2023), além de comparar com os objetivos preconizados legalmente.

A Tabela 1 apresenta uma primeira conclusão ao colocar em diálogo as diversas dimensões analisadas ao longo da pesquisa. Cabe, considerando os Estudos 1 e 2 e suas convergências resumidas na Tabela 1, trazer reflexões finais, a saber: a compreensão legal, a integração da literatura e algumas possibilidades à luz da Análise do Comportamento.

**Tabela 1** Principais dificuldades encontradas na atuação docente na socioeducação

	<b>Dados na literatura (Estudo 1)</b>	<b>Dificuldade encontrada (Estudo 2)</b>	<b>Relatório Anual do SINASE (Brasil, 2023)</b>	<b>Objetivos legais (Brasil, 1990; 2016)</b>
1 Formação e preparo	Limitações nos cursos de formação, profissionais despreparados e sem conhecimentos específicos Necessidade constante de reorganização Docentes com sentimento de culpa, fracasso, trabalho fragmentado e ausência de perspectivas	Despreparo ou desconhecimento prévio sobre a instituição Quebra de expectativas e necessidade de adaptação Choque de realidades muito distintas entre professor-aluno	-	Cursos de formação inicial e continuada dos professores devem contemplar conteúdos específicos <sup>2</sup>
2 Função da MS	Inferiorização da prática escolar em detrimento das ações de segurança	Falta de consenso sobre a principal função da MS Violência entre internos e entre profissionais-internos	Permanência de maus tratos e tortura contra os adolescentes	Prevalência da dimensão educativa da medida, sendo proibido o castigo físico <sup>1</sup>
3 Estudantes	Falta de materialização em programas e ações que acompanhem o plano legal Dificuldades em virtude de classes multisseriadas, defasagem escolar e rotatividade de alunos	Distorção idade-série Alunos desinteressados e/ou desmotivados Rotatividade de alunos	Pouca evolução educacional dos estudantes	Escolarização como estratégia de reinserção social Implementação de políticas e ações para qualificação da escolarização Desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e específicas <sup>2</sup>
4 Materiais	Dificuldades em função de materiais restritos Posição complexa ocupada pelo professor entre alunos-instituição	Limitações do uso de materiais importantes à atividade pedagógica	Condições precárias de trabalho dos profissionais	Garantia de condições adequadas de trabalho aos profissionais <sup>2</sup>

Nota. MS = Medida socioeducativa. <sup>1</sup>Brasil, 1990; <sup>2</sup>Brasil, 2016

## A compreensão legal

A última coluna da Tabela 1 merece destaque por cumprir uma função diferente. Enquanto as outras apresentam convergências de problemáticas existentes, essa apresenta os objetivos estabelecidos legalmente, ou seja, o que *deveria* ocorrer em contraposição àquilo que *ocorre*. Levando em conta a grande divergência evidenciada entre essas dimensões, cabe analisar como estão estabelecidos o que se infere aqui enquanto objetivos legais.

A referência de leis é etapa básica em estudos relacionados ao sistema de medidas socioeducativas. Considerando sua origem legal na lei do ECA (Brasil, 1990) e sua ampliação na lei do SINASE (Brasil, 2012), tais documentos são comumente citados de modo a apresentar e descrever o campo. Além de definir a temática, são muitas vezes utilizados na justificativa de estudos que investiguem e/ou intervenham no contexto socioeducativo. Nota-se, porém, que o embasamento documental da noção da educação enquanto principal ferramenta de ação socioeducativa depende de outras fontes complementares.

No diálogo entre investigação científica e legislação, o campo das medidas socioeducativas parece estar em uma posição dual: por um lado, a educação é considerada prioritária e foco da medida; por outro, os principais documentos não parecem ser tão claros quanto a essa perspectiva. Para uma maior compreensão, procedeu-se à análise dos documentos considerados básicos (Brasil, 1988; 1990; 2012) e outros comumente citados relativos à questões pedagógicas (Brasil, 2006; 2016; São Paulo, 2023<sup>7</sup>). Foram mapeados trechos relativos à educação a partir de busca direcionada por meio de descritores (educ\* OR pedag\* OR escolariz\*). Os trechos foram organizados em planilhas e os principais correspondentes são apresentados nas Tabelas 2 e 3 a seguir.

---

<sup>7</sup> Por mais que o Caderno Técnico da Superintendência Pedagógica (São Paulo, 2023) seja direcionado à política estadual, o documento foi incluído na análise considerando concentrar a maior parte dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa do país, além de ser o contexto do Estudo 2.

**Tabela 2** Principais trechos relativos à educação em documentos básicos relacionados ao sistema socioeducativo

Documento	Principais trechos	
Constituição Federal (Brasil, 1988)	Art. 205*	A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho
	Art. 227**	É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
Lei 8.069 (Brasil, 1990)	Art. 18-A	A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los
	Art. 94	As entidades que desenvolvem programas de internação têm as seguintes obrigações, entre outras: X - propiciar escolarização e profissionalização
	Art. 123	PU - Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas.
	Art. 124	As entidades que desenvolvem programas de internação têm as seguintes obrigações, entre outras: XI - receber escolarização e profissionalização
Lei 12.594 (Brasil, 2012)	Art. 8º	Os Planos de Atendimento Socioeducativo deverão, obrigatoriamente, prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, para os adolescentes atendidos, em conformidade com os princípios elencados na Lei (ECA)
	Art. 15	São requisitos específicos para a inscrição de programas de regime de semiliberdade ou internação: I - a comprovação da existência de estabelecimento educacional com instalações adequadas e em conformidade com as normas de referência;
	Art. 25	A avaliação dos resultados da execução de medida socioeducativa terá por objetivo, no mínimo: I - verificar a situação do adolescente após cumprimento da medida socioeducativa, tomando por base suas perspectivas educacionais, sociais, profissionais e familiares

Nota. \*também presente no Art. 53 do ECA (Brasil, 1990), \*\*também presente no Art. 4º do ECA (Brasil, 1990).

**Tabela 3** Principais trechos relativos à educação em documentos complementares relacionadas ao sistema socioeducativo

Documento		Principais trechos
Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Brasil, 2006)	Cap. 6	Diretrizes pedagógicas do atendimento socioeducativo: 1 - Prevalência da ação socioeducativa sobre os aspectos meramente sancionatórios 2 - Projeto pedagógico como ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo (p. 47)
Resolução Nº 3, de 13 de Maio de 2016 (Brasil, 2016)	Art. 4º	O atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas tem por princípios: I - a prevalência da dimensão educativa sobre o regime disciplinar; II - a escolarização como estratégia de reinserção social plena, articulada à reconstrução de projetos de vida e à garantia de direitos; III - a progressão com qualidade, mediante o necessário investimento na ampliação de possibilidades educacionais; IV - o investimento em experiências de aprendizagem social e culturalmente relevantes, bem como do desenvolvimento progressivo de habilidades, saberes e competências; V - o desenvolvimento de estratégias pedagógicas adequadas às necessidades de aprendizagem de adolescentes e jovens, em sintonia com o tipo de medida aplicada; VI - a prioridade de adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo nas políticas educacionais
Caderno Técnico - Superintendência Pedagógica (São Paulo, 2023)	Cap 1	“O adolescente interno na Fundação CASA, portanto, tem direito de acesso às atividades pedagógicas que lhes são oferecidas. Estas atividades devem possibilitar uma reflexão ética” (p. 27)  “Os Centros de Atendimento devem formar uma totalidade una, unidade dotada de coesão e coerência valorativa. Este valor que subordina e integra todos os setores (...) é a educação. Todo profissional que atua nesta Fundação está subordinado ao valor da educação e suas ações cotidianas que não tiverem esta orientação são equivocadas. Neste compasso, se houver qualquer conteúdo, mesmo no texto da própria Resolução CONANDA, que seja incompatível com o valor da educação, no limite, devemos afirmar que se trata de uma assertiva inválida, não possui validade! A medida socioeducativa de conteúdo ético-pedagógico é ofício, direto ou indireto, de todos os servidores desta Fundação” (p. 30)

Na Tabela 2, o primeiro documento analisado é a Constituição Federal (Brasil, 1988). Apesar de ainda não definir propriamente as medidas socioeducativas, fundamenta a noção do paradigma de proteção integral (Art. 227) e a garantia da educação a todos os indivíduos (Art. 205). Ambos os preceitos são observados também no ECA (Brasil, 1990), principal documento relacionado às medidas socioeducativas, fundamentadas no Art. 112. Na descrição das medidas, vários artigos visam reforçar a obrigatoriedade de atividades pedagógicas (Arts. 94, 123, 124), considerando a proibição do castigo físico (Art. 18). O dever da existência de estabelecimento educacional e da educação é previsto também no SINASE (Brasil, 2012) (Arts. 8º, 15), que juntamente propõe a avaliação da eficácia da medida segundo perspectivas educacionais, sociais, profissionais e familiares.

Nota-se, na análise dos documentos considerados básicos e comumente citados em trabalhos do campo socioeducativo, que não há, em nenhum momento, a prioridade da perspectiva educacional: no ECA não se estabelece propriamente um objetivo da medida, apenas indica quando ela deve ocorrer (Brasil, 1990), e no SINASE os pilares são: responsabilização, integração social e desaprovação da conduta infracional (Brasil, 2012). A necessidade da existência do estabelecimento educacional é constantemente prevista, mas a atividade pedagógica não parece ocupar um posto prioritário.

Adotar uma visão que entende a medida socioeducativa enquanto de caráter eminentemente pedagógico exige, no campo legal, recorrer a documentos suplementares, apresentados na Tabela 3. A Resolução Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Brasil, 2006), popularmente conhecida como Resolução CONANDA e responsável por fornecer as bases da lei do SINASE (Brasil, 2012), considera existir dois aspectos da medida socioeducativa: sancionatório e sócio-pedagógico. É o segundo que deve desempenhar primazia e gerir o atendimento socioeducativo (Brasil, 2006, p. 47).

A Resolução Nº 3 de 13 de Maio de 2016 define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (Brasil, 2016). No

Art. 4º evidenciam-se os principais objetivos legais apresentados anteriormente na Tabela 1: a escolarização enquanto estratégia de reinserção social, a adoção de estratégias pedagógicas adequadas às necessidades dos educandos e, principalmente, a prevalência da dimensão educativa (Art. 4).

Por fim, o recorte estadual, analisado a partir do Caderno Técnico da Superintendência Pedagógica da Fundação CASA (São Paulo, 2023), revela uma dimensão mais filosófica: a educação é concebida enquanto um valor básico a qualquer trabalho socioeducativo e todos devem estar submetidos à ela. É dever e responsabilidade de todos prezar pela “medida socioeducativa de conteúdo ético-pedagógico” (São Paulo, 2023, p. 30).

A partir da análise dos documentos considerados complementares é possível visualizar que esses se aproximam de uma visão eminentemente pedagógica, de forma prioritária. Porém, ainda assim, parece limitada: na Resolução CONANDA, as diretrizes sinalizadas aparecem apenas no capítulo referente aos parâmetros da gestão pedagógica (Brasil, 2006), enquanto os outros documentos (Brasil, 2016; São Paulo, 2023) tratam de parâmetros direcionados especificamente ao contexto escolar.

Cabe indagar: é correto amparar legalmente a noção de que a medida socioeducativa seja de natureza pedagógica prioritária? A partir dos documentos analisados, defende-se aqui que talvez essa afirmação não seja tão precisa, uma vez que: 1) os principais documentos não o fazem, e 2) os documentos que fazem são específicos da parte escolar. Logo, infere-se que amparo legal da parte educacional orienta-se por sua prioridade mediante as ações sancionatórias, coercitivas e punitivas, mas que a compreensão da medida socioeducativa de forma mais ampla parece não abranger isso de maneira tão clara quanto na orientação educacional.

## A integração da literatura

O Estudo 1 buscou, a partir de revisão integrativa da literatura, compreender o cenário da pesquisa e publicação científica relativos à investigação da atuação docente no contexto socioeducativo brasileiro. Um dado encontrado que demanda atenção é a diversidade de autores (38) e periódicos (17) envolvidos no corpus incluído na análise. A variedade registrada é um indício da importância que o tema tem ganhado recentemente, principalmente ao se considerar o aumento da publicação nos últimos anos. Porém, cabe questionar: *o aumento da produção é necessariamente um aumento do conhecimento?*

Na tentativa de responder a dúvida criada, foram consultadas as referências citadas nos 17 artigos incluídos, com foco nos títulos dos trabalhos que possuísem a combinação de descritores utilizada na busca original, isto é, um termo relativo ao contexto das medidas socioeducativas e um termo relativo à docência, considerando três categorias: 1) citações de artigos incluídos na revisão, 2) citações de outros artigos, e 3) citações de outros materiais. Dos 17 artigos, em 12 não foram encontradas referências que se encaixassem nas categorias descritas (A1<sup>8</sup>, A2, A4, A5, A7, A8, A10, A13, A14, A15, A16, A17). Os dados dos 5 artigos restantes estão expressos na Tabela 4.

**Tabela 4** Citações referentes à docência na socioeducação nos artigos incluídos no Estudo 1

Artigo	Cita algum dos artigos incluídos na revisão?	Cita outros artigos relativos à docência na socioeducação?	Cita outros materiais relativos à docência na socioeducação?
A3 (Rocha et. al, 2010)	1 (Cella & Camargo, 2009)	-	-
A6 (Arruda & Figueiredo, 2018)	-	-	1 (Livro)
A9 (Pereira et. al, 2019)	-	-	3 (Anais de eventos [2] e dissertação)
A11 (Conceição, 2020)	1 (Olic, 2017)	-	2 (Tese e dissertação)
A12 (Bisinoto, 2022)	-	-	7 (Tese, dissertações [4], livro e material de curso)

<sup>8</sup> A = Artigo. A numeração corresponde à ordem apresentada no Estudo 1 (p. 27)

As citações referentes a trabalhos específicos da docência na socioeducação revelam dois pontos importantes: 1) a ausência da citação de qualquer outro artigo sobre a temática (coluna 3), sendo que os citados são aqueles incluídos na revisão (coluna 2); e 2) a quantidade considerável de referências específicas contidas em outros materiais: livros, teses, dissertações, anais de eventos e materiais de cursos (coluna 4). Assim, se por um lado essa análise fornece uma evidência de que a revisão abrangeu todos os artigos disponíveis, por outro apresenta um indício da necessidade de ampliação do corpus bibliográfico, de modo a incluir também outros materiais que apresentam trabalhos importantes à compreensão da temática enunciada.

Considerando que apenas 5 dos 17 artigos foram incluídos nessa segunda análise, cabe indagar que trabalhos são referenciados. De modo geral, observou-se que as referências utilizadas são relativas à docência, a medidas socioeducativas, adolescentes em seu cumprimento e suas relações com a escola, e a contextos de ensino em privação de liberdade, mas não necessariamente envolvidos na intersecção específica destes temas, ou seja, a atuação docente no contexto socioeducativo.

Destaca-se, portanto, a importância da revisão de literatura para sanar as lacunas de um trabalho que congregue as evidências existentes, de maneira específica e direcionada. Porém, nota-se um problema: se a revisão abrangeu todos os artigos disponíveis sobre o tema, por que apenas dois trabalhos incluídos foram citados por outros também incluídos? Há um distanciamento, em que trabalhos semelhantes não se citam. Como questionado no início desta seção, tomando como critério a conexão e relação entre os trabalhos, a grande quantidade de produção parece não atestar precisamente uma continuidade do conhecimento. É necessário aproximá-los, considerando, é claro, suas diferenças conceituais e metodológicas, mas que encontrem na temática um campo comum que possibilite o avanço na produção de evidências, não necessariamente de modo cumulativo, mas integrado.

## Como avançar a discussão? Possibilidades à luz da Análise do Comportamento

Considerando os desafios investigados em todo o estudo e as problemáticas elencadas na Tabela 1 (p. 66), cabe refletir possibilidades de prosseguir a discussão, de modo a contribuir com futuras investigações e intervenções. Essa proposição, por mais que ainda limitada a um campo teórico, busca atingir dois objetivos: primeiramente, apresentar um estudo que visa não apenas apontar problemas, muitos dos quais já expressos na literatura, mas também propor alternativas que caminhem a superá-los; e considerando o primeiro ponto, traçar uma aproximação inicial entre as aplicações da Análise do Comportamento à Educação e à atuação docente no contexto socioeducativo.

É importante lembrar que a perspectiva adotada em todo o estudo parte de orientação interdisciplinar, não restringindo o foco da análise a determinadas correntes ou visões específicas da educação. A procura por um diálogo com a Análise do Comportamento<sup>9</sup> não visa ser limitante ou restritiva, mas, pelo contrário, sinalizar as possibilidades de adição de mais um campo de pesquisa e intervenção que possa acrescentar à discussão.

A Análise do Comportamento é considerada uma abordagem da Psicologia que compreende a intersecção entre o Behaviorismo Radical (trabalhos conceituais/filosóficos), a Análise Experimental do Comportamento (pesquisas empíricas) e a Análise do Comportamento Aplicada (trabalhos de intervenção) (Tourinho, 1999). Enraizada no pensamento de B. F. Skinner, trilha um longo percurso aplicada à Educação (Skinner, 2003 [1953]; 1972 [1968]; Vargas, 2020), considerando o conhecimento produzido sobre o comportamento humano. Apesar das evidências relevantes ao campo educacional, acredita-se que essas têm sido subutilizadas (Henklain & Carmo, 2013).

No contexto socioeducativo, nota-se nos últimos anos um movimento de aproximação com a Análise do Comportamento (Gomide et al., 2017; Luiz & Parapinski, 2022; Parapinski et al., 2022).

---

<sup>9</sup> A inserção deste trabalho dentro da linha de pesquisa *Análise Comportamental da Cognição* fundamenta a escolha pelo campo da Análise do Comportamento, considerando a possibilidade de iniciar um diálogo que supra a ausência de literatura específica que coloque em interação os campos discutidos.

Entretanto não foram encontrados, no Estudo 1 ou em outras buscas na literatura a partir de diferentes descritores, trabalhos específicos sobre a atuação docente, o que corrobora o distanciamento, ao menos na socioeducação, entre contribuições analítico-comportamentais e intervenções educacionais. Considerando as quatro dificuldades principais encontradas neste estudo e listadas na Tabela 1, discute-se a seguir algumas possibilidades.

### *1 - Formação e preparo*

Considerando a necessidade da interação entre pesquisa científica e o preparo docente (Skinner, 1972 [1968]), as dificuldades encontradas pelos professores relativas ao despreparo e desconhecimento do contexto socioeducativo podem ser pensadas sob a ótica da formação continuada.

A Análise do Comportamento aplicada à formação e capacitação docente possui um vasto rol de evidências na literatura (Rodrigues & Moroz, 2010). Levando em conta algumas premissas básicas, como a importância do reforçamento, o planejamento sistemático e claro sobre o que deve ser ensinado, o papel ativo do aluno, seu ritmo e motivação (Zanotto, 2000), considera-se que diversos estudos, que têm se debruçado sobre a formação de professores, são passíveis de adaptação ao contexto da socioeducação, como na instrumentalização para o manejo de comportamentos considerados violentos (Pereira & Gioia, 2010), na consideração de necessidades educacionais especiais (Fornazari et al., 2012), no ensino da análise funcional (Abreu et al., 2015) e no alinhamento com documentos legais e diretrizes nacionais da Educação (Lopes & Peralta, 2015).

### *2- Função da medida socioeducativa*

Como apontado anteriormente, a ausência de consenso sobre a principal função da medida socioeducativa, além da conseqüente e constante inferiorização da prática escolar em detrimento das ações de segurança, parecem relacionadas com uma questão anterior: a definição legal das medidas e seus objetivos. A cisão entre a natureza pedagógica e a natureza sancionatória encontra

consequência numa prática também dividida e incerta.

A Análise do Comportamento trilha um percurso considerável na análise de leis e documentos legais. A partir do trabalho de Todorov (1987) fundamentado no conceito de metacontingência elaborado por Glenn (1986), iniciou-se um novo campo de estudo, composto por diferentes objetivos (Albuquerque & Lemos, 2022): 1) identificar como estão estruturadas contingências e metacontingências, 2) analisar a aplicação e/ou efetividade, 3) analisar o processo legislativo para elaboração de uma lei, e 4) observar os efeitos de determinado programa legal.

Um exemplo do estudo de leis sob a ótica analítico comportamental pode ser dado na investigação de contingências tríplexes dispostas no ECA (Todorov et al, 2005). Com objetivo de descrever como se entrelaçam antecedentes, comportamentos e consequências, isto é, como dialogam os artigos da lei, o estudo encontrou 52,77% de contingências incompletas, o que:

podem ser uma das causas de problemas encontrados em sua aplicação. Essa falta de clareza em especificar as contingências pode, também, levar em um nível prático, a possíveis incertezas quanto ao papel exercido por cada agente que se encontra sob as diretrizes do ECA. (p. 52)

Apesar da existência de importantes estudos que relacionam à temática aqui discutida, como na análise da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Carvalho & Todorov, 2017) e do controle do ECA sobre práticas jurídicas em processos de ato infracional praticado por adolescentes (Prudêncio, 2006), não foram encontrados pesquisas que buscam compreender o sistema de medidas socioeducativas a partir dos conceitos de contingência e metacontingência.

Em análise, considera-se que a definição básica de medida socioeducativa, apresentada no Artigo 112 do ECA (Brasil, 1990), expressa uma contingência: “Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas” - o comportamento é o ato infracional e as consequências são as medidas socioeducativas. Por mais que os antecedentes não estejam ali especificados, compõem, junto à topografia do ato infracional, a contingência que irá embasar a escolha da medida socioeducativa adequada. Por exemplo, no caso

da internação, deve ser aplicada mediante reiteração de ato infracional ou descumprimento de medida anteriormente disposta (Art. 122).

Compreender as contingências e metacontingências envolvidas nas medidas socioeducativas envolvem não apenas a análise do ECA, mas de todos os outros documentos relacionados. Para tanto, considera-se, em primeira análise, a existência de duas metacontingências principais: 1) relativa à natureza sancionatória, e 2) relativa à natureza pedagógica. Sua disposição documental parece ser a chave na compreensão das problemáticas que apontam a priorização do primeiro conjunto, uma vez que “um artigo incompleto abre precedente para várias interpretações, pois ao não esclarecer qual a consequência para a ação, esta pode ser manipulada” (Todorov et al, 2005, p. 53).

Futuros estudos devem ser conduzidos de modo a investigar sistematicamente leis e documentos do sistema socioeducativo. Por exemplo, se o atendimento escolar de jovens cumprindo medida tem como princípio “a escolarização como estratégia de reinserção social plena, articulada à reconstrução de projetos de vida e à garantia de direitos” (Brasil, 2016, p. 2), como isso está expresso nos documentos? O que significa reinserção social e como ela deve ser garantida por meio da escolarização? Como estão expressas as contingências da escolarização? Como esse artigo se relaciona com os objetivos das medidas socioeducativas e os objetivos do atendimento escolar?

### *3 e 4 - Dificuldades relativas aos estudantes e aos materiais*

Apesar de serem didaticamente separadas, todas as dificuldades encontradas no estudo parecem estar em diálogo: a formação e preparo insuficientes são frutos, entre outros fatores, da falta de clareza no plano legal dos objetivos da socioeducação. Em conjunto, somam-se problemáticas relativas à instituição em si, à situação dos estudantes e à disponibilidade de materiais. Em suma, considera-se que o docente não tem clareza sobre os objetivos de sua atuação, o que impacta diretamente em seu trabalho, vendo-se em um cenário de ensino pensado idealmente para uma escola longe da situação de privação de liberdade.

Considerando o cenário confuso enfrentado pelo professor onde se exige adaptação e reorganização constante, um campo derivado da Análise do Comportamento que pode contribuir na instrumentalização de recursos importantes ao trabalho docente é a Programação de Condições para o Desenvolvimento de Comportamentos (PCDC). A PCDC é uma tecnologia de ensino baseada em princípios comportamentais (Kienen et al., 2013), a partir de etapas fundamentais, como a caracterização da situação-problema e a proposta de comportamentos-objetivo (Kienen et al., 2021), vem sendo empregada em diversos contextos, como o escolar, jurídico, hospitalar e organizacional (Cianca et al., 2020).

No contexto da docência na socioeducação, a sistematização por meio da PCDC pode configurar ganhos valiosos, considerando: 1) a proposição clara de objetivos, 2) a orientação a partir da necessidade social, e 3) a definição das condições de ensino.

*Proposição clara de objetivos:* como assinalado anteriormente, os objetivos legais parecem não operacionalizar o que de fato se espera da educação no contexto das medidas socioeducativas, apesar de destacar sua importância. Assim, a orientação do trabalho docente se daria a partir da compreensão das condições objetivas que a fundamentam, de modo a caracterizar o repertório de seus estudantes e identificar a situação problema (Kienen et al., 2021).

*Orientação a partir da necessidade social:* a concretização da etapa anterior depende de uma atuação orientada pelo conceito de necessidade social, isto é, considerando os benefícios que a situação de ensino pode trazer aos jovens e a toda sociedade diante dos problemas existentes na comunidade (Luiz & Parapinski, 2022).

*Definição das condições de ensino:* anterior à aplicação da PCDC, é necessário especificar as atividades e materiais que serão utilizados (Kienen et al., 2021). Para tanto, a caracterização prévia do que é disponibilizado e/ou permitido pela instituição facilita o desenvolvimento do trabalho docente em etapas posteriores.

Resumidamente, a Tabela 5 (p. 79) apresenta um complemento à Tabela 1 (p. 66), com o acréscimo, na última coluna, das possibilidades de intervenção elencadas nesta seção.

**Tabela 5** Possibilidades à luz da Análise do Comportamento considerando dificuldades encontradas

	<b>Dados na literatura (Estudo 1)</b>	<b>Dificuldade encontrada (Estudo 2)</b>	<b>Relatório Anual do SINASE (Brasil, 2023)</b>	<b>Objetivos legais (Brasil, 1990; 2016)</b>	<b>Possibilidades à luz da Análise do Comportamento</b>
1 Formação e preparo	Limitações nos cursos de formação, profissionais despreparados e sem conhecimentos específicos Necessidade constante de reorganização Docentes com sentimento de culpa, fracasso, trabalho fragmentado e ausência de perspectivas	Despreparo ou desconhecimento prévio sobre a instituição Quebra de expectativas e necessidade de adaptação Choque de realidades muito distintas entre professor-aluno	-	Cursos de formação inicial e continuada dos professores devem contemplar conteúdos específicos <sup>2</sup>	Formação continuada em conceitos analítico-comportamentais de modo a permitir a aplicação das proposições abaixo
2 Função da MS	Inferiorização da prática escolar em detrimento das ações de segurança	Falta de consenso sobre a principal função da MS Violência entre internos e entre profissionais-internos	Permanência de maus tratos e tortura contra os adolescentes	Prevalência da dimensão educativa da medida, sendo proibido o castigo físico <sup>1</sup>	Investigação sistemática dos documentos oficiais Proposição clara dos objetivos da atuação
3 Estudantes	Falta de materialização em programas e ações que acompanhem o plano legal Dificuldades em virtude de classes multisseriadas, defasagem escolar e rotatividade de alunos	Distorção idade-série Alunos desinteressados e/ou desmotivados Rotatividade de alunos	Pouca evolução educacional dos estudantes	Escolarização como estratégia de reinserção social Implementação de políticas e ações para qualificação da escolarização Desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e específicas <sup>2</sup>	Compreensão do repertório dos estudantes e das contingências que mantêm comportamentos de desinteresse e desmotivação Orientação a partir do conceito de necessidade social
4 Materiais	Dificuldades em função de materiais restritos Posição complexa ocupada pelo professor entre alunos-instituição	Limitações do uso de materiais importantes à atividade pedagógica	Condições precárias de trabalho dos profissionais	Garantia de condições adequadas de trabalho aos profissionais <sup>2</sup>	Definição das condições de ensino de modo a programar atuação orientada a partir das condições existentes

Nota. MS = Medida socioeducativa. <sup>1</sup>Brasil, 1990; <sup>2</sup>Brasil, 2019

## Considerações finais

A proposta principal desta pesquisa foi investigar a docência no contexto socioeducativo, considerando suas especificidades e múltiplas dimensões. As variáveis envolvidas na atuação docente foram analisadas considerando diversas perspectivas (histórica, bibliográfica, empírica, estatística e documental). Os Estudos 1 e 2 formaram a base para o desenvolvimento da discussão geral, que procurou dialogar as diferentes ferramentas de análise e algumas lacunas existentes. Finalmente, a proposta de uma aproximação com o campo analítico-comportamental visa iniciar o movimento de intervenções a partir de mais uma área que possa, de modo interdisciplinar, contribuir com outras diversas já existentes na discussão sobre a socioeducação.

A atuação docente não pode ser compreendida de modo isolado. Pelo contrário, reflete inúmeras problemáticas históricas, sociais e culturais que permeiam o sistema de medidas socioeducativas. No caso da internação, sua própria natureza impõe uma contradição entre uma medida que busca ser pedagógica, mas ao mesmo tempo envolve privar a liberdade de jovens. Mais uma vez, cabe indagar: é realmente possível pensar uma educação nesse contexto?

Se permanece o questionamento sobre as reais possibilidades de uma educação a adolescentes privados de liberdade, também permanecem os mais de 11000 jovens nesta situação no país, distantes das condições ideais e revelando a urgência da investigação e promoção de intervenções. A liberdade, muito mais que uma condição de não-restrição, é um produto do processo educativo, laborioso e difícil (Costa, 1991), mas que envolve confiar: na educação, no educador, no educando: o foco não é o ato infracional ou a medida socioeducativa, mas sim potencial de desenvolvimento humano.

Afinal, como colocado no epílogo desta dissertação, Paulo Freire escreve que “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (2000, p. 31). A educação, mediada pela atuação docente, é um passo fundamental em qualquer transformação que se deseja alcançar, em qualquer, com muitos parênteses, (re)inserção social. Deste modo, considera-se que os estudos e a discussão apresentados convergem não só em apontar desafios, mas

também parecem concordar na existência da possibilidade de elaboração de estratégias eficazes, que considerem o contexto analisado e sejam específicas e adaptadas a ele.

*Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho senão viver plenamente a nossa opção. Encarná-la, diminuindo assim a distância entre o que fizemos e o que fazemos. (Freire, 2000, p. 31)*

### Referências

- Abreu, J. H. S. S., Luna, S. V., & Abreu, P. R. (2015). Avaliando a pesquisa sobre o ensino de análise funcional para professores no Brasil. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 16(3), 50–69. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v16i3.712>
- Albuquerque, A. R., & Lemos, R. F. (2022). Análise de contingências em leis e documentos: contribuições de João Claudio Todorov. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 18(1), 30-42. <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v18i1.12694>
- Arruda, J. S., & Figueiredo, O. V. A. (2018). Breves considerações sobre medida socioeducativa e formação de professores. *Rev. ComCiência*, 3(3), 68-76. <https://doi.org/10.36112/issn2595-1890.v3i1.p68-76>
- Bisinoto, C. (2022). Formação docente e socioeducação: uma relação invisibilizada. *Em Aberto*, 35(115), 125-142. <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.35i115.5363>
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).
- Brasil. (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990*. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)
- Brasil. (2012). *Lei nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012*. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm)

- Brasil. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2006). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo SINASE*.  
[https://www.cnpm.mp.br/portal/images/cije/publicacoes/sinase\\_2006.pdf](https://www.cnpm.mp.br/portal/images/cije/publicacoes/sinase_2006.pdf)
- Brasil. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. (2023). *SINASE Levantamento anual*.  
<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoSINASE2023.pdf>
- Brasil. Ministério da Educação. (2016). *Resolução nº 3, de 12 de Maio de 2016*.  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=41061-rceb003-16-pdf&category\\_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41061-rceb003-16-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192)
- Carvalho, I. C. V., & Todorov, J. C. (2017). Metacontingências e produtos agregados na lei de diretrizes e bases da educação: primeiro o objetivo, depois como chegar lá. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 12(2).  
<http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v12i2.4400>
- Cella, S. M., & Camargo, D. M. P. (2009). Trabalho pedagógico com adolescentes em conflito com a lei: feições da exclusão/inclusão. *Educ. Soc.*, 30(106), 281-299.  
<https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000100014>
- Cianca, B. C., Panosso, M. G., & Kienen, N. (2020). Programação de Condições para Desenvolvimento de Comportamentos: Caracterização da produção científica brasileira de 1988-2017. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 11(2), 114-136.  
<https://doi.org/10.18761/PAC.2020.v11.n2.01>
- Conceição, W. L. (2020). Histórias de vidas de professores/as e o fazer docente na socioeducação. *Revista Prática Docente*, 5(2), 1395-1409.  
<https://doi.org/10.23926/RPD.2526-2149.2020.v5.n2.p1395-1409.id790>
- Costa, A. C. G. da. (1991). *Por uma pedagogia da presença*. Brasília: Governo do Brasil.
- Fornazari, S. P., Kienen, N., Tadayozzi, D. S., Ribeiro, G. D., & Rossetto, P. B. (2012). Capacitação de professores em análise do comportamento por meio de programa educativo

informatizado. *Psicologia da Educação*, 35, 24-52.

[https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752012000200003](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752012000200003)

Freire, P. (2000). *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP.

Glenn, S.S. (1986). Metacontingencies in Walden Two. *Behaviorists for Social Action Journal*, 5, 2-8. <https://doi.org/10.1007/BF03406059>

Gomide, P. I. C., Mascarenhas, A. B. D., & Munhoz, G. V. (2017). Avaliação de uma intervenção para redução de comportamentos antissociais e aumento da escolarização em adolescentes de uma instituição de acolhimento. *Acta Comportamentalia*, 25(1), 25-40. <https://www.redalyc.org/pdf/2745/274550025002.pdf>

Henklain, M. H. O., & Carmo, J. S. (2013). Contribuições da análise do comportamento à educação: um convite ao diálogo. *Cadernos de Pesquisa*, 43(149), 704-723. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200016>

Kienen, N., MitsueKubo, O., & Botomé, S. P. (2013). Ensino programado e programação de condições para o desenvolvimento de comportamentos: alguns aspectos no desenvolvimento de um campo de atuação do psicólogo. *Acta Comportamentalia*, 21(4), 481-494. [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0188-81452013000400006&script=sci\\_abstract](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0188-81452013000400006&script=sci_abstract)

Kienen, N., Panosso, M. G., Nery, A. G. S., Waku, I., & Carmo, J. dos S. (2021). Contextualização sobre a Programação de Condições para Desenvolvimento de Comportamentos (PCDC): Uma experiência brasileira. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 12(2), 370-390. <https://www.revistaperspectivas.org/perspectivas/article/view/818>

Lopes Junior, J. & Peralta, D. A. (2015). Formação de professores e Análise do Comportamento: caracterização de necessidades formativas para a docência em Matemática na Educação Básica. *Trends in Psychology*, 23(1), 69-81. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.1-05>

- Luiz, F. B., & Parapinski, R. T. (2022). Análise do Comportamento e Socioeducação: Contribuições para a atuação com adolescentes em conflito com a lei. *Perspectivas em Análise Do Comportamento*, 13(1), 386–399. <https://doi.org/10.18761/DH00023>
- Olic, M. B. (2017). Arrastão ou lagarteado? Dinâmicas em torno da prática docente na Fundação CASA. *Educ. Pesqui.*, 43(2), 357-377. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022016133882>
- Parapinski, R. T., Souza, A. S., Luiz, F. B., & Luca, G. G. (2022). Avaliação de um programa para desenvolver comportamento assertivo em adolescentes em conflito com a lei. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 13(1), 400-420. <https://doi.org/10.18761/DH41465>
- Pereira, A. M. R., Silva, C. P., & Caliman, G. (2019). Prática docente na socioeducação: análise das competências sob a ótica docente. *Rev. Educ.*, 160, 83-109. <https://pedagogiasocial.net/wp-content/uploads/2020/08/pereira-silva-caliman-2019-pratica-docente-na-socioeducacao.pdf>
- Pereira, C. M., & Gioia, P. S. (2010). Formação de professores em análise do comportamento para manejo de comportamentos considerados violentos de alunos. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 12(1-2). [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-55452010000100007&lng=pt&nrm=iso](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452010000100007&lng=pt&nrm=iso)
- Prudêncio, M. R. A. (2006). *Leis e metacontingências: Análise do controle do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre práticas jurídicas em processo de infração de adolescentes no Distrito Federal* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/9229>
- Rocha, W. S., Silva, I. R., & Costa, C. R. B. S. F. (2010). A percepção dos educadores sobre sua formação acadêmica e preparação profissional para o trabalho com adolescentes em Conflito com a lei. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 5(2). [https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/volume5\\_n2/Rocha\\_et\\_al.pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/volume5_n2/Rocha_et_al.pdf)

- Rodrigues, M. E., & Moroz, M. (2010). Formação de professores e Análise do Comportamento – a produção da pós-graduação nas áreas de Psicologia e Educação. *Acta Comportamentalia*, 16(3), 347-378. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=274520180005>
- São Paulo. Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente. (2023). *Caderno técnico superintendência pedagógica: conceitos, diretrizes e procedimentos*. <https://fundacaocasa.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/01/Caderno-SUPED.pdf>
- Skinner, B. F. (1972) [1968]. *Tecnologia do ensino*. São Paulo: Herder, Ed. da Universidade de São Paulo.
- Skinner, B. F. (2003) [1953]. *Ciência e comportamento humano*. 11 ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Todorov, J. C. (1987). A constituição como metacontingência. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 7, 9-13. <https://doi.org/10.1590/S1414-98931987000100003>
- Todorov, J. C., Moreira, M. Prudêncio, M. R., & Pereira, G. C. C. (2005). Um estudo de contingências e metacontingências no Estatuto da Criança e do Adolescente. Em J. C. Todorov, R. C. Martone, & M. B. Moreira (Eds.), *Metacontingências: Comportamento, cultura e sociedade* (pp. 45-53). ESETEc.
- Tourinho, E. Z. (1999). Estudos conceituais na análise do comportamento. *Temas em Psicologia*, 7(3), 213-222. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v7n3/v7n3a03.pdf>
- Vargas, J. S. (2020). *Behavior analysis for effective teaching*. 3 ed. New York: Routledge.
- Zanotto, M. L. B. (2000). *Formação de professores: a contribuição da análise do comportamento*. São Paulo: EDUC.

## ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

*Modelo reproduzido na plataforma Google Forms*

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Resolução CNS 510/2016)**

Eu, Gustavo Fernandes Scalvi, estudante do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar o(a) convido a participar da pesquisa “Medidas socioeducativas sob a ótica analítico-comportamental: subsídios à formação docente”<sup>10</sup> orientada pela Profa. Dra. Camila Domeniconi.

Dados obtidos através de avaliações em larga escala e em pesquisas científicas parecem convergir em apontar inúmeras defasagem nas condições de ensino de nosso país, seja com relação aos estudantes, seja com relação aos docentes. Tal cenário é ainda pior quando considerado as especificidades de um contexto de privação de liberdade. A presente pesquisa, embasada na ciência da Análise do Comportamento, visa compreender e analisar como se constituem os procedimentos de ensino adotados com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, a partir das impressões de docentes que trabalham em tal meio.

Você foi selecionado(a) por ser docente atuando na educação formal em contexto de medida socioeducativa de privação de liberdade no estado de São Paulo. Você será convidado(a) a responder um questionário com tópicos sobre diversos aspectos que envolvem o trabalho diário na Fundação CASA.

As perguntas não serão invasivas à intimidade dos participantes, entretanto, esclareço que a participação na pesquisa pode gerar estresse e desconforto como resultado da exposição de opiniões pessoais em responder perguntas que envolvem as próprias ações. Diante dessas situações, os participantes terão garantidos o tempo que achar necessário para responder ao questionário, a liberdade de não responder as perguntas quando a considerarem constrangedoras, podendo interromper e encerrar a qualquer momento. Caso sinalizado, o pesquisador irá orientá-lo(a) e

---

<sup>10</sup> Título original do trabalho, modificado conforme o andamento da pesquisa.

encaminhá-lo(a) para profissionais especialistas e serviços disponíveis, se necessário, visando o bem-estar de todos os participantes.

Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área das medidas socioeducativas, para a construção de novos conhecimentos e para a identificação de novas alternativas e possibilidades para o trabalho docente na Fundação CASA.

Sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação. A qualquer momento o(a) senhor(a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo profissional, seja em relação ao pesquisador, à Instituição em que trabalha ou à Universidade Federal de São Carlos. Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação. Por conta desse sigilo, não será possível solicitar cópia de suas respostas nem sua respectiva exclusão.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFSCar (CAAE: 75773423.2.0000.5504), que, vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem a responsabilidade de garantir e fiscalizar que todas as pesquisas científicas com seres humanos obedeçam às normas éticas do País, e que os participantes de pesquisa tenham todos os seus direitos respeitados. O CEP-UFSCar funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís, km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP. E-mail: cephumanos@ufscar.br. Telefone (16) 3351-9685. Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30.

O CEP está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas

envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br.

**Dados para contato**

Pesquisador responsável: Gustavo Fernandes Scalvi

Endereço: Rod. Washington Luis, km 235 - São Carlos - SP - CEP: 13565-905

Contato telefônico: (14) 99102-1063

E-mail: gustavo.fscalvi@gmail.com

Prezado(a) participante, caso não esteja de acordo com o presente Termo ou não deseje participar da pesquisa, basta fechar a janela do navegador. Caso esteja de acordo, basta marcar a caixa abaixo e você será direcionado(a) às questões da pesquisa. A qualquer momento, durante e após sua participação, você poderá solicitar uma cópia deste Termo a ser prontamente enviada.

Li e concordo em participar da pesquisa

## ANEXO B - Questionário

*Modelo reproduzido na plataforma Google Forms*

**Descrição Geral e Profissional**

Iniciais do nome

---

Idade

---

Gênero

- Masculino  
 Feminino  
 Outro: \_\_\_\_\_

Cor/Raça/Etnia

- Branca  
 Preta  
 Parda  
 Amarela  
 Indígena  
 Outra: \_\_\_\_\_

Na Fundação CASA de qual cidade você trabalha?

---

Quais aulas você leciona na Fundação CASA?

---

Formação Profissional

- Licenciatura na área que atuo  
 Licenciatura em área diferente da que atuo  
 Bacharelado na área que atuo  
 Bacharelado em área diferente da que atuo  
 Outra: \_\_\_\_\_

Outras atuações profissionais

- Docente em outra instituição  
 Cargo pedagógico em outra instituição  
 Atuação profissional formal em outra área  
 Atuação profissional informal em outra área  
 Outra: \_\_\_\_\_

Tempo de trabalho na Fundação CASA

- Menos de 6 meses  
 6 meses a 1 ano  
 1 ano a 5 anos

- 5 anos a 10 anos  
 Mais de 10 anos

Qual é o público da Fundação CASA em que você trabalha?

- Masculino  
 Feminino  
 Outro: \_\_\_\_\_

### Impressões sobre a instituição

*As questões abaixo devem ser respondidas a partir de escala de concordância de 5 pontos, sendo:*

*1) discordo totalmente, 2) discordo, 3) não estou decidido, 4) concordo e 5) concordo totalmente*

Lecionar na Fundação CASA foi uma escolha minha

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	O	O	O	O	O	Concordo totalmente

Já havia estado em uma Fundação CASA antes de iniciar o trabalho

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	O	O	O	O	O	Concordo totalmente

Conhecia o funcionamento da Fundação CASA antes de iniciar o trabalho

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	O	O	O	O	O	Concordo totalmente

Ao saber que iria trabalhar na Fundação CASA, fiquei empolgado ou motivado

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	O	O	O	O	O	Concordo totalmente

As ideias que tinha sobre a Fundação CASA se concretizaram após iniciar o trabalho

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	O	O	O	O	O	Concordo totalmente

Acredito que a principal função da Fundação CASA seja pedagógica

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	O	O	O	O	O	Concordo totalmente

Trabalhar na Fundação CASA me faz bem

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	O	O	O	O	O	Concordo totalmente

Gostaria de comentar brevemente sobre seu trabalho na instituição? Como tem sido a experiência? Quais são os maiores desafios? E motivações?

\_\_\_\_\_

### Impressões sobre os alunos

As questões abaixo devem ser respondidas a partir de escala de concordância de 5 pontos, sendo:

1) discordo totalmente, 2) discordo, 3) não estou decidido, 4) concordo e 5) concordo totalmente

Meu primeiro contato com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa foi na Fundação CASA						
	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	O	O	O	O	O	Concordo totalmente
Gosto de trabalhar com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa						
	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	O	O	O	O	O	Concordo totalmente
Os alunos se envolvem e participam das atividades propostas						
	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	O	O	O	O	O	Concordo totalmente
Os alunos demonstram conhecimentos esperados para sua idade ou ano escolar						
	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	O	O	O	O	O	Concordo totalmente
Os alunos têm interesse em estudar						
	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	O	O	O	O	O	Concordo totalmente
Gostaria de comentar brevemente sobre suas impressões e relações com os adolescentes?						
_____						

### Impressões sobre o ensino

As questões abaixo devem ser respondidas a partir de escala de concordância de 5 pontos, sendo:

1) discordo totalmente, 2) discordo, 3) não estou decidido, 4) concordo e 5) concordo totalmente

Acredito que seja possível o funcionamento da escola dentro da Fundação CASA						
	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	O	O	O	O	O	Concordo totalmente
Minha formação acadêmica me preparou para atuar na Fundação CASA						
	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	O	O	O	O	O	Concordo totalmente
A instituição possui local e materiais adequados para lecionar						
	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	O	O	O	O	O	Concordo totalmente
É possível estruturar aulas e avaliações efetivas e eficazes						

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	O	O	O	O	O	Concordo totalmente
Conheço os documentos que orientam o trabalho no contexto das medidas socioeducativas						
	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	O	O	O	O	O	Concordo totalmente
Oriento meu trabalho a partir dos documentos direcionados ao contexto das medidas socioeducativas						
	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	O	O	O	O	O	Concordo totalmente
Acredito possuir todos os recursos necessários para desempenhar um bom trabalho						
	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	O	O	O	O	O	Concordo totalmente
Sinto que dou conta de realizar um bom trabalho						
	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	O	O	O	O	O	Concordo totalmente
Gostaria de comentar brevemente sobre a estruturação do ensino na instituição? O que você considera bom? O que é necessário ser alterado?						
_____						

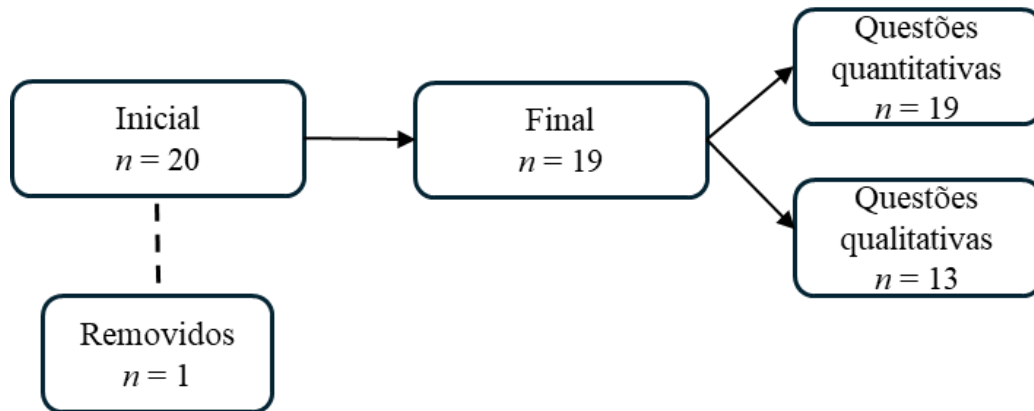
### Comentários Finais

Gostaria de comentar mais alguma coisa? Fique a vontade para fazer acréscimos, esclarecimentos, dúvidas ou sugestões. _____
---

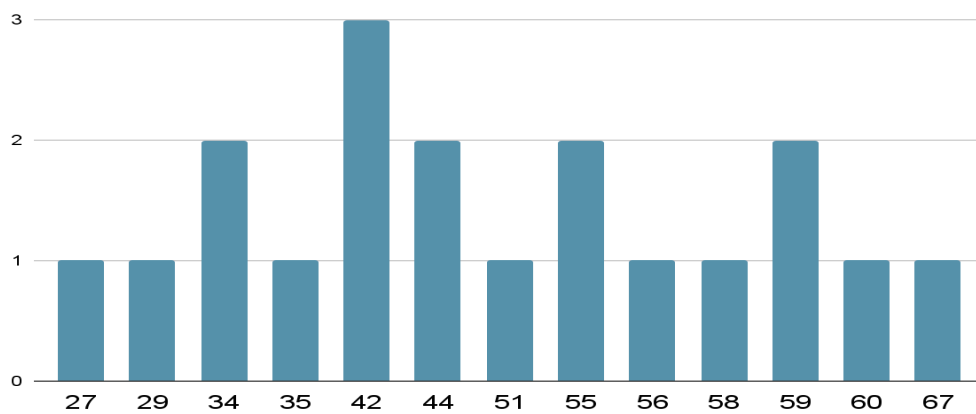
### Muito obrigado pela sua participação!

Clique em enviar para finalizá-la
Atenciosamente, Gustavo Fernandes Scalvi Psicólogo (UNESP) e Mestrando em Psicologia (UFSCar) Contato telefônico: (14) 99102-1063 E-mail: gustavo.fscalvi@gmail.com
<input type="checkbox"/> Enviar

## ANEXO C - Relatório Estatístico

Número de participantes**Figura 1** Número de participantes em cada etapaIdade dos participantes

Idade:  $M = 47$ ,  $Md = 44$ ,  $DP = 11,79$ ,  $Mín = 27$ ,  $Máx = 67$ .

**Figura 2** Distribuição dos participantes por idade

### Características gerais dos participantes

**Tabela 1** Distribuição dos participantes por gênero, cor e cidade de trabalho

Gênero	Cor	Cidade			Total
		C1	C2	C3	
Feminino	Branca	5	5	0	10
	Preta	1	0	0	1
	Total	6	5	0	11
Masculino	Branca	5	1	1	7
	Preta	1	0	0	1
	Total	6	1	1	8
Total	Branca	10	6	1	17
	Preta	2	0	0	2
	Total	12	6	1	19

*Nota.* O nome das cidades foi preservado em função da garantia de sigilo dos participantes, as três estão localizadas no interior do estado de São Paulo.

### Formação profissional dos participantes

**Tabela 2** Formação profissional dos participantes

	Licenciatura (apenas)	Bacharelado (apenas)	Licenciatura e bacharelado	Total
Na área que atua	13	1	4	18
Em área diferente	1	1	1	3
Total	14	2	5	

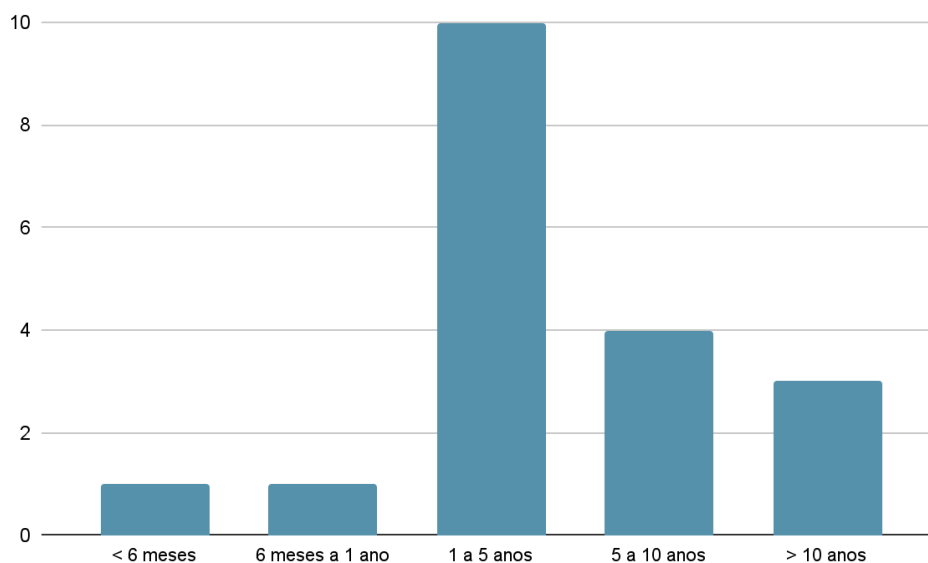
### Atuação profissional dos participantes

**Tabela 3** Distribuição dos participantes por atuação profissional

Atuação	n
Dedicação integral à docência na FC	12
Docência em outra instituição	3
Cargo pedagógico em outra instituição	1
Atuação formal em outra área	2
Atuação informal em outra área	1

### Tempo de trabalho na Fundação CASA

**Figura 3** Distribuição dos participantes por tempo de trabalho na Fundação CASA



### Disciplina de atuação dos participantes

**Tabela 4** Quantidade de participantes por atuação em cada área e disciplina

Área	Disciplina	<i>n</i>
Ciências Biológicas ( <i>n</i> = 6)	Biologia	3
	Ciências	4
	Educação Física	2
Ciências Exatas ( <i>n</i> = 6)	Física	2
	Matemática	3
	Química	2
	Não especificado	1
Ciências Humanas ( <i>n</i> = 5)	Geografia	1
	História	4
	Filosofia	1
	Sociologia	1
Linguagens ( <i>n</i> = 3)	Não especificado	1
	Língua portuguesa	3
	Língua inglesa	1
Eletivas/Diversas ( <i>n</i> = 5)	Educação financeira	3
	Orientação aos estudos	1
	Projeto de vida	2
	Tecnologia	2
	Não especificado	1

*Nota.* Dois participantes não responderam à questão. Considerando que mais de um docente pode lecionar diferentes disciplinas, os valores por área e por disciplina podem ser diferentes.

Respostas quantitativas (Escala Likert)*Tabela 5 Dados gerais das respostas às questões em Escala Likert*

	Questão (Escala Likert)																			
	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9	Q10	Q11	Q12	Q13	Q14	Q15	Q16	Q17	Q18	Q19	Q20
<b>P1</b>	5	1	1	4	4	2	4	1	5	5	2	2	5	5	5	5	4	4	4	5
<b>P2</b>	5	1	3	5	4	3	5	1	5	4	1	3	5	2	4	4	5	4	4	5
<b>P3</b>	5	3	3	4	5	3	1	1	5	4	3	3	5	5	4	4	5	4	4	5
<b>P4</b>	5	1	1	5	3	1	3	1	4	1	1	1	5	5	5	3	1	1	3	5
<b>P5</b>	5	1	1	4	4	3	4	1	5	4	3	4	5	4	4	4	5	5	5	5
<b>P6</b>	5	1	3	5	4	4	5	1	5	4	2	3	5	5	4	5	5	5	5	5
<b>P7</b>	5	2	1	5	5	3	5	1	5	4	4	4	5	5	5	5	5	5	5	5
<b>P8</b>	5	3	3	5	4	2	3	4	5	3	2	2	5	5	1	2	3	3	1	5
<b>P9</b>	5	1	1	4	2	4	4	1	5	4	2	3	5	4	2	3	4	3	3	5
<b>P10</b>	5	1	4	5	3	4	4	1	4	4	3	3	4	3	4	4	5	5	3	4
<b>P11</b>	5	1	3	5	3	3	5	2	5	5	1	3	5	5	3	3	5	3	3	5
<b>P12</b>	5	1	1	5	3	4	5	2	5	4	2	3	5	2	4	4	4	4	4	4
<b>P13</b>	5	1	1	3	3	5	5	1	4	4	2	3	5	3	3	4	4	5	5	4
<b>P14</b>	5	1	3	5	5	4	5	1	5	4	3	3	5	4	5	5	5	5	4	5
<b>P15</b>	5	1	4	5	4	5	5	1	5	5	3	3	5	3	3	4	5	5	3	4
<b>P16</b>	5	5	1	4	2	3	3	1	3	4	2	2	2	4	4	3	2	2	4	4
<b>P17</b>	5	5	5	5	5	5	5	1	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
<b>P18</b>	5	1	1	5	3	5	4	1	4	4	3	3	5	1	4	4	5	4	4	4
<b>P19</b>	5	1	3	5	4	5	5	1	5	4	3	4	5	4	4	5	5	5	4	5
<b>P20</b>	5	1	4	5	3	3	5	5	5	2	1	1	4	5	3	2	5	5	5	5

*Nota.* P = Participante, Q = Questão. Os escores da Q8 foram invertidos visando padronização. O Participante 17 foi eliminado da análise final em função de resposta estereotipada, conforme possível de visualização na tabela. As questões seguem a ordem da apresentação no Estudo 2 e no Anexo B.

## Respostas qualitativas (Questões qualitativas)

### *Participante 2*

- Dentro da fundação se consegue ver o resultado nítido do seu trabalho, pois o público da mesma são na maioria das vezes desprovidos de muitos e muitos conhecimentos básicos e saem muito mais atualizados.
- O resultado é muito gratificante, pois são meninos desprovidos de conhecimentos básicos pedagógicos e muitas vezes de mundo.
- Em minha cidade (...) consegue-se realizar um bom trabalho com a estrutura que oferecem.
- Trabalho gratificante.

### *Participante 3*

- Eu gosto do que faço
- Entram com todas dificuldades possíveis mas acabam tendo interesse, 80 por cento acaba demonstrando participação.

### *Participante 4*

- A princípio, quando descobri que havia conseguido a oportunidade de lecionar na Fundação CASA, minha expectativa era poder levar aos alunos perspectivas humanistas e críticas da sociologia, história e filosofia. Conforme fui me adaptando, fui compreendendo as limitações impostas pela instituição e pelo seu caráter punitivista inerente, mesmo que sua proposta seja a ressocialização. Hoje, minha motivação deriva do fato de que minha presença lá dentro pode, dentro dos seus limites, subverter um espaço de vigilância e controle permanente dos corpos dos jovens, que em sua maioria têm origem em famílias de trabalhadores em extrema vulnerabilidade social, e apresentar uma perspectiva diferente acerca do contexto histórico e social que causou a presença deles na instituição. Ao mesmo tempo em que me deparei com muita violência, tanto física quanto psicológica, entre os internos e, sobretudo, dos indivíduos que trabalham lá dentro contra os jovens, também encontrei diversos profissionais, das mais variadas orientações ideológicas e políticas, que são comprometidos com o bem estar e a garantia dos direitos dos jovens internos, e que se alinham no objetivo comum da ressocialização. Comparado aos meus colegas, sou jovem, tanto em idade quanto em experiência na instituição, então minha vivência tem sido, sobretudo, um enorme aprendizado.
- Os adolescentes vêm de realidades extremamente vulneráveis e seus interesses, como todo jovem, estão distantes do conteúdo previsto no currículo, que é o mesmo da escola regular. Além disso, o seu histórico de marginalização contribui para o desinteresse geral sobre os conteúdos e a forma que são abordados. O choque entre realidades muito distintas é outro obstáculo para a comunicação entre o corpo docente e os alunos. A posição dos jovens enquanto internos os coloca em uma posição de disciplina que não tem continuidade ao fim da pena, quando alguns cumprem o período semiliberdade e continuam sendo meus alunos na escola regular.
- A estrutura é excelente, em certos pontos superior à das escolas regulares. O principal conflito é entre uma proposta escolar humanista e sensível e uma instituição de detenção que reproduz a violência institucional contra jovens pobres e marginalizados, que vemos no "mundão", como dizem os jovens.

### *Participante 6*

- Experiência significativa na Fundação Casa, onde desenvolvi e implementei planos de aula adaptados para atender às necessidades educacionais de jovens em situação de vulnerabilidade. Com habilidades sólidas em comunicação e empatia, sendo capaz de criar um ambiente de aprendizado positivo e inclusivo, promovendo o crescimento acadêmico e

pessoal dos alunos. Os desafios são motivar os estudantes para vida profissional e educacional, assim quando saírem não voltarem para o mundo do crime.

- Nada a relatar sobre a estrutura que é muito boa

#### *Participante 7*

- Para mim é uma grande experiência, crescimento profissional.
- Eles têm uma defasagem de aprendizados. Mas com a habilidade do professor, eles conseguem ter um desenvolvimento eficaz.
- Ao meu ver, não precisa de mudanças. Pois, o aprendizado está com grande sucesso.

#### *Participante 8*

- O trabalho é gratificante, porém, o conjunto das ações da rede de apoio poderiam seguir na mesma intensidade que o pedagógico.
- Necessitados sim, vítimas não.
- As limitações da entradas de alguns materiais por razões óbvias, tornam deficitário o aperfeiçoamento e aprimoramento de técnicas pedagógicas importantes. Considero bom o acompanhamento disciplinar das fundações.

#### *Participante 11*

- Um trabalho digno e educativo, como qualquer profissão temos desafios. Motivação de transformar a vida dos adolescentes, mostrar um mundo desconhecido da realidade deles.
- A grande maioria sabe que a atividade realizada em aula auxilia na medida socioeducativa e por isso realizam, mas temos alunos destaques.
- Temos acesso ao material do currículo paulista, o mesmo aplicado no ensino regular de qualquer escola. Para nossa segurança alguns materiais não são permitidos.

#### *Participante 12*

- Todos os dias tento entender as dificuldades deles, isso é um desafio, mas isso é motivador para estar lá.
- A falta de conhecimento faz com que alguns não se interessem pela escola, mas a maioria consegue aos poucos perceber que tem algumas habilidades de aprendizagem

#### *Participante 14*

- Eu gosto muito de trabalhar na Fundação CASA
- Nem todos os alunos têm interesse, mas tento despertar interesse neles

#### *Participante 15*

- Gosto muito de trabalhar na Fundação, é gratificante, desafio é despertar motivação nos alunos e aos estudos. Adaptar os conteúdos à aprendizagem.
- Eles se dedicam aos estudos principalmente por ser uma das metas e automaticamente eles aprendem.
- É desafiador devido a rotatividade de alunos me esforço para fazer meu trabalho da melhor forma possível.

#### *Participante 18*

- Os desafios são diários, todo dia um aprendizado. As motivações se concentram em conseguir resultados positivos e satisfatórios.
- Alguns alunos são bem dedicados, outros bem pouco.
- Acredito ser bem estruturado. As adaptações acontecem conforme as necessidades.

*Participante 19*

- Adoro trabalhar na Instituição. Trabalho com amor e garra ao mesmo tempo. O dia a dia é um desafio em qualquer profissão. Mas feliz de poder contribuir para o bem dos meninos.
- Amo minha profissão e tenho orgulho! Eu respeito e eles me respeitam.
- Dentro do possível sim, pois coloco do meu dinheiro em vários materiais para que eles tenham melhor aprendizado.
- Adoro trabalhar nessa Instituição. Trabalho com amor, ternura e dedicação!

*Participante 20*

- O único desafio que, às vezes, desanima, é o desinteresse geral dos adolescentes.
- Atuei antes como advogado do estado com menores infratores e desejei tentar fazer a diferença na vida de algum adolescente, lecionando na Fundação Casa.
- Falta permissão para utilização de recursos tecnológicos de que o Estado dispõe

Estatística Inferencial

**Tabela 6** Análise de correlação de Spearman entre as variáveis categóricas ou ordinais investigadas

	Idade	Tempo	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9	Q10	Q11	Q12	Q13	Q14	Q15	Q16	Q17	Q18	Q19	Q20	
Idade	-																					
Tempo	.46**	-																				
Q2	.35	.19	-																			
Q3	.00	.21	-.10	-																		
Q4	.06	-.11	-.21	.50*	-																	
Q5	.47**	.37	.20	.26	.17	-																
Q6	-.00	-.09	-.40	.15	.07	-.11	-															
Q7	.18	-.10	-.52*	.27	.40	.16	.48*	-														
Q8	.23	.09	.07	.27	.35	-.21	-.28	.15	-													
Q9	.39	.42	-.10	.30	.19	.58**	-.11	.39	.30	-												
Q10	-.14	.08	-.20	.02	-.19	.14	.30	.29	-.27	.22	-											
Q11	.26	.20	.20	.00	-.03	.50*	.43	-.04	-.48*	.05	.24	-										
Q12	.30	.26	-.14	-.06	.01	.40	.51*	.40	-.38	.30	.37	.66**	-									
Q13	.16	.22	-.23	-.028	.03	.47*	.09	.18	-.16	.47*	.24	.13	.40	-								
Q14	-.10	-.13	.36	.08	-.03	.28	-.67**	-.22	.26	.319	-.19	-.20	-.31	.02	-							
Q15	.05	-.19	-.01	-.31	.10	.40	-.23	-.05	-.50*	-.12	.03	.29	.11	.09	.10	-						
Q16	.16	-.07	-.21	-.07	.05	.63**	.36	.36	-.57*	.24	.43	.58**	.59**	.38	-.11	.63**	-					
Q17	.30	.08	-.27	.55*	.36	.48*	.38	.49*	-.11	.40	.30	.44	.60**	.07	-.11	.06	.43	-				
Q18	.21	.06	-.33	.38	.13	.45	.52*	.60**	-.19	.25	.14	.53*	.54*	-.02	-.16	.10	.60**	.67**	-			
Q19	.42	-.17	-.05	-.23	-.24	.24	.14	.39	-.16	.08	-.07	.16	.31	-.04	.03	.29	.44	.32	.58**	-		
Q20	.11	.07	.03	.09	.08	.47*	-.55*	-.01	.10	.63**	-.20	.20	.02	.34	.71***	.16	.07	.16	-.07	.08	-	

Nota. \*  $p < 0,05$ , \*\*  $p < 0,01$ , \*\*\*  $p < 0,001$ . Tempo = Tempo de trabalho na instituição, Q = Questão. A Q1 foi removida da análise em função de variância = 0. As questões seguem a ordem da apresentação no Estudo 2 e no Anexo B.

**Tabela 7** Teste *t* de Student para amostras independentes em função do tempo de trabalho na instituição

	Tempo	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>t</i>	<i>gl</i>	<i>d</i>
Impressões sobre a instituição	<5a	3,37	0,31	-2,51*	17	1,18
	>5a	3,74	0,32			
Impressões sobre os alunos	<5a	2,63	0,78	-0,38	17	0,18
	>5a	2,8	1,17			
Impressões sobre o ensino	<5a	4,09	0,61	0,27	17	0,13
	>5a	4,01	0,60			

Nota. \* $p < 0,05$ . *M* = média, *DP* = desvio padrão, *t* = escore do teste *t*, *gl* = graus de liberdade, *d* = *d* de Cohen, a = ano(s). <5a: *n* = 12, >5a: *n* = 7.

**Tabela 8** Teste *t* de Student para amostras independentes em função do gênero

	Gênero	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>t</i>	<i>gl</i>	<i>d</i>
Impressões sobre a instituição	Feminino	3,6	0,37	1,39	17	0,63
	Masculino	3,38	0,32			
Impressões sobre os alunos	Feminino	3,15	0,22	3,07*	17	1,43
	Masculino	2,08	1,14			
Impressões sobre o ensino	Feminino	4,19	0,39	1,11	0,28	0,51
	Masculino	3,89	0,79			

Nota. \* $p < 0,05$ . *M* = média, *DP* = desvio padrão, *t* = escore do teste *t*, *gl* = graus de liberdade, *d* = *d* de Cohen. Feminino: *n* = 11, Masculino: *n* = 8.

**Tabela 9** Teste *t* de Student para amostras independentes em função do tipo de dedicação

	Gênero	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>t</i>	<i>gl</i>	<i>d</i>
Impressões sobre a instituição	Exclusiva	3,61	0,38	1,73	17	0,82
	Parcial	3,33	0,26			
Impressões sobre os alunos	Exclusiva	2,7	1,09	-0,07	17	-0,03
	Parcial	2,71	0,55			
Impressões sobre o ensino	Exclusiva	4,18	0,61	1,084	17	0,52
	Parcial	3,87	0,54			

Nota. \* $p < 0,05$ . *M* = média, *DP* = desvio padrão, *t* = escore do teste *t*, *gl* = graus de liberdade, *d* = *d* de Cohen. Exclusiva: *n* = 12, Parcial: *n* = 7.